



**NABIL BONDUKI**

MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

CONCURSO PÚBLICO DE TÍTULOS E PROVAS PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR TITULAR EM RDIDP JUNTO AO GRUPO DE DISCIPLINAS DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE PROJETO DA FAUUSP

# ÍNDICE

<b>1 TEMPOS DE FORMAÇÃO [1962-1981]</b>	<b>9</b>
NAS PROFUNDEZAS DA MEMÓRIA (1963-74)	
ELEMENTOS DA FORMAÇÃO ACADÊMICA: ENTRE O PENSAMENTO CRÍTICO E A PESQUISA EMPÍRICA (1974-1982)	
FORMAÇÃO DA PERIFERIA DA GRANDE SÃO PAULO: UMA INICIAÇÃO EM PESQUISA (1977-1979)	
<b>2 TEMPOS DE UTOPIA [1982-1988]</b>	<b>29</b>
O ENTRELAÇAMENTO ENTRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, FORMAÇÃO, PESQUISA E POLÍTICA: O LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO (1982-1986)	
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DE UTOPIA: A EXPERIÊNCIA DO LABHAB VIROU MESTRADO (1986-7)	
DO LABHAB PARA O SINDICATO DOS ARQUITETOS (1986-1988)	
<b>INTERMEZZO 1: DA UTOPIA A GESTÃO PÚBLICA - HABITAÇÃO SOCIAL NO GOVERNO ERUNDINA (1989-1992)</b>	<b>47</b>
<b>3 TEMPOS DE SÃO CARLOS: ENSINAR, PESQUISAR E FORMAR [1986-2000]</b>	<b>57</b>
NOVOS HORIZONTES: A MIGRAÇÃO PARA SÃO CARLOS (1986)	
ORIGENS DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA TESE DE DOUTORADO COM QUINZE ANOS DE FÔLEGO (1980-1995)	

CONSOLIDAÇÃO DO TRABALHO EM SÃO CARLOS: FORMANDO  
PESQUISADORES (1995-2001)

**INTERMEZZO 2: VEREADOR SEM PERDER A LINHA  
(2001-2004)** \_\_\_\_\_ **71**

**4 TEMPOS DE MATURIDADE [2005-2012]** \_\_\_\_\_ **79**

A EXPERIÊNCIA DO LABHAB DA FAU: PESQUISA, EXTENSÃO E  
FORMAÇÃO

PESQUISANDO PARA ALÉM DA HABITAÇÃO

PIONEIROS DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

MASCATEANDO PELO PAÍS

**CONCLUSÃO: ENTRE A ACADEMIA E POLÍTICA, UMA  
TRAJETÓRIA ENTRELAÇADA** \_\_\_\_\_ **95**

## A ACADEMIA E A POLÍTICA

Este Memorial objetiva apresentar minha trajetória acadêmica, profissional e política. Ele é composto por um texto analítico interpretativo desse percurso e um anexo, onde estão organizadas a maior parte das minhas atividades acadêmicas e profissionais, produção científica e legislativa e outros trabalhos desenvolvidos ao longo da vida.

A trajetória foi dividida em quatro capítulo e dois intermezzos, que marcam momentos específicos de meu processo de formação, amadurecimento e de consolidação de uma maneira de trabalhar como professor, pesquisador, urbanista, militante político e formulador de políticas públicas, em várias áreas de atuação.

A principal característica desta trajetória, digamos atípica tanto do ponto de vista de uma carreira universitária como política, é a maneira como ela foi sendo construída, com o entrelaçamento entre as atividades acadêmicas, em sentido estrito, e as profissionais e políticas.

Do ponto de vista acadêmico, que é o foco principal deste memorial, não é possível entender a evolução do pensamento crítico, as mudanças nos paradigmas que orientaram minhas atividades didáticas, a produção científica, as opções na condução das linhas de pesquisa que foram sendo criadas e desenvolvidas, assim como dos grupos de pesquisadores que se reuniram no meu entorno, sem observar, simultaneamente, o que estava ocorrendo na esfera política. O mesmo pode ser dito em relação à trajetória profissional, se é que ela pode ser separada da atividade acadêmica ou da própria política.

Por esta razão, não podia dividir esse processo intenso de atividades que estão organizadas nesse Memorial em itens separados tais como: o pesquisador, o urbanista, o político, o professor. Seria impossível: o que caracteriza esta trajetória é o forte entrelaçamento desses fios condutores, como uma corda, onde certa fragilidade em cada um dos fios que a compõe é compensada por estarem todos unidos fortalecendo o conjunto. Ainda assim, busquei separar esse percurso incluindo “intermezzos” que se referem às principais funções públicas que exerci e que, curiosamente, representam marcos importantes que fecham e abrem ciclos relevantes da minha trajetória acadêmica.

Os marcos referenciais são tanto os acadêmicos, os ritos de passagem (dissertação e tese) e ingresso em instituições universitárias, assim como cargos que exerci no executivo e legislativo. Como toda periodização, trata-se de uma divisão arbitrária que visa apenas facilitar o entendimento da trajetória e mostrar os pontos de inflexão mais importantes da carreira.

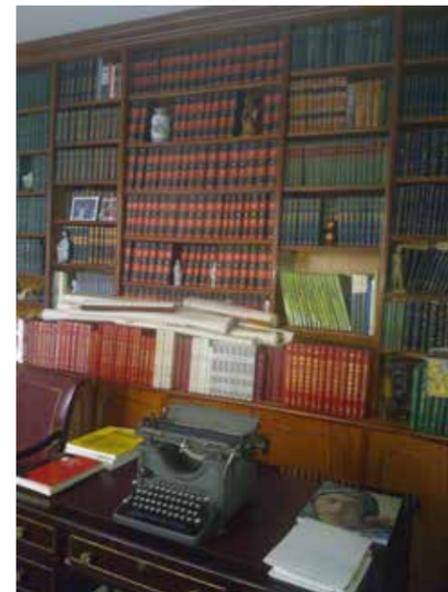


Vista do Jardim das Bandeiras, um dos loteamentos visitados na pesquisa de iniciação científica Periferia da Grande São Paulo: elementos para a sua análise (1978)

# 1

## TEMPOS DE FORMAÇÃO [1962-1981]

Ao lado, a biblioteca na casa da minha família e abaixo, a coleção de livros de capa verde com o volume 4, História do Mundo, bem mais desgastado que os demais, em destaque.



## NAS PROFUNDEZAS DA MEMÓRIA [1962-1974]

Ao buscar elementos marcantes da minha formação, algumas imagens de infância e adolescência voltam a memória: o primeiro livro, a primeira noção de tragédia urbana, o primeiro reconhecimento histórico da minha cidade e o primeiro trabalho de arquitetura. Vou começar por aí.

### MEU PRIMEIRO LIVRO TINHA CAPA VERDE E TERMINAVA ANTES DE ACABAR DE CONTAR A ESTÓRIA [1963]

A professora mandou ler um livro, *Reinações da Narizinho*. Não tive dificuldade de encontrar na biblioteca do meu pai. Tinha capa verde.

Era uma biblioteca solene, que até hoje, trinta e sete anos após a morte de meu pai, minha mãe mantém intocada. Todos os livros impecavelmente encadernados, com capa dura: minha primeira imagem de livros era aquela, estantes ordenadas com coleções de volumes todos com o mesmo tamanho, da mesma cor, sem desenhos nas capas.

As estantes mais largas estavam tomadas por livros em árabe; estes eram geralmente de cor preta e vermelho, com umas letras esquisitas que eu não tinha a menor ideia do que podiam significar. As letras eram iguais às do jornal que meu pai trazia para casa toda semana e

que ficava lendo na sala, com um interesse que eu não entendia nem apreciava.

Nas estantes mais estreitas, estavam os livros de capa colorida; eram coleções menores, de tamanho mais variado. Os de capa vermelha, eu conhecia bem: tinha aprendido a ler naqueles livros antes de entrar, tardiamente, no 1º ano do Colégio Dante Alighieri. Eram cheios de figuras e estórias divertidas, desenhos de bichos, árvores e lugares bonitos. Como se chamava mesmo? Não me lembro e não vou pesquisar porque escrevo de memória. Era um livro para crianças pequenas, como eu era.

Ao lado destes vermelhos, disse meu pai, que se chamava *Georges*, estava o livro que eu precisava, na coleção de capa verde. Corri até a estante, era uma coleção de muitos volumes, mais de dez. Percorri com olhos os títulos que estavam na lombada e logo vi aquele que a professora mandou ler. Tinha o número 1. Ia pegá-lo quando o olhar se desviou para o número 4, que tinha o título “*História do Mundo para as Crianças*”. Alguma coisa me atraiu naquele título: peguei o número 1, por obrigação, e o número 4, não sei bem por quê. Levei os dois para o meu quarto.

As “*Reinações*” li sem interesse, certamente não cheguei ao fim. Não me lembro o que tive que fazer na aula com ele. Não fui reprovado por isto. Achei chatíssimo, mas, provavelmente, não era tanto assim... A *História do Mundo* era um livro grosso que, quando comecei a ler, achei que nunca poderia terminar. Lia na cama,

sem parar. Um dia falei para a professora que estava lendo este livro e ela disse que era difícil para mim, um menino de oito anos;foi quando comecei a desconfiar da professora. Não conseguia parar de ler e de repente fiquei chateado porque ele já estava acabando.

Quando cheguei ao final, fiquei frustrado: acabava de repente, logo depois do estouro da bomba atômica. Estávamos em 1963, para mim era muito tempo. Fiquei me perguntando o que teria acontecido depois de 1945, ano que tinha acabado uma das muitas guerras que estavam contadas no livro. Fiquei intrigado e voltei à estante estreita, à coleção de livros verdes, olhei os títulos de todos os volumes, procurando algum que pudesse ser a continuação daquela estória, mas não encontrei nada parecido com o número 4.

Na falta de outro, comecei a ler o livro de novo; aí vi que não eram só os últimos anos não estavam “faltando”; fatos aconteciam em datas que pulavam cinquenta, cem anos; os acontecimentos estavam pouco explicados, queria saber mais sobre eles... Estava só começando a desbravar as coleções de capa dura da biblioteca do meu pai, que não paravam de crescer. Logo comecei a perceber que as estórias de Monteiro Lobato podiam ser contadas de outra maneira... Comecei a aprender que a história pode ser vista por múltiplos olhares.

### A ÁGUA AINDA NÃO BAIXOU [1967]

Todos sabem que as enchentes não são de hoje. Para mim, a primeira que tenho na memória aconteceu em 1967. O Tamanduateí transbordou e inundou a loja do meu pai, na Rua Cavalheiro Basílio Jafet, uma travessa da Rua 25 de março. Foi um grande prejuízo.

A loja do meu pai, quando aconteceu esta enchente, era apenas um misto de papelaria com produtos de armarinho e linhas que eram beneficiadas na “visconde”, como se dizia, uma pequena fábrica que também pertencia à Georges e Emilio Bonduki Ltda e ficava na Rua Visconde de Parnaíba, no Brás. Antes a loja ficava só na frente porque no fundo havia uma gráfica, que meu pai chamava de tipografia, a Tipografia Editora Árabe, a única que compunha com tipos em árabe na cidade.

Durante todo aquele ano convivi com esta enchente porque eu e meus irmãos recebemos de “presente”, para usar na escola, cadernos, pastas e outros materiais que se salvaram da enchente, mas que estavam manchados pelas águas. Foi traumático lembrar o ano todo aquela tragédia.

As águas levaram vários dias para baixar. Lembro de ir com meu pai por uma rua alta, que agora sei que era a Boa Vista. De repente ele mandava o carro parar e descíamos para olhar a situação por uma ladeira estreita e bem profunda. A água estava lá, no início da ladeira e ele dizia “Ainda não dá para entrar”. E voltávamos. Agora sei que era a ladeira Porto Geral, que continua



na baixada como Rua Cavalheiro Basílio Jafet, onde no número 70 estava a loja.

Depois de uns dias, a água baixou e fui à loja, onde havia uma montanha de lixo e de mercadorias estragadas. As que não estavam tanto eles estavam separando e fazendo uma liquidação; meus cadernos deste ano vieram desta ‘liquidação’, que eu odiava.

Foi minha primeira imagem de uma tragédia urbana. Percebi que a cidade tinha áreas altas e baixas. Minha tia Jamile, que morava no Morro dos Ingleses, sempre que falava da enchente dizia que era melhor ter uma casa em uma área alta. Aos doze anos isto passou a ter um significado para mim.

### NÃO CONTEM AOS MEUS INIMIGOS, QUERO FICAR ENTERRADO EM MINHA CIDADE, SAUDADES [1971]

No último ano do ginásio, aos catorze anos, resolvi fazer arquitetura, depois de assistir um debate na TV Cultura. Por mim, faria história, mas meu pai insistia que eu deveria ser engenheiro, frustrado com a trajetória do meu irmão que começou na Escola Politécnica e acabou cineasta na ECA. Nesse debate que reunii arquitetos e artistas, não sei bem porque, cheguei à conclusão que arquitetura conciliava bem os desejos do meu pai com os meus e fui em frente. Acho que não erreí na escolha.

No “Dante Alighieri”, quando se chegava ao colegial, os estudantes eram divididos em “Clássico”, “Científico” e “Biológicas”, de modo compatível com a especialização funcional que a reforma universitária da ditadura impôs. Os poucos alunos que queriam fazer arquitetura foram enquadrados no “científico” onde se caía em uma classe exclusivamente masculina de futuros engenheiros. Ali fui um excelente, mas frustrado, aluno de física, química e matemática. Enquanto fazia contas de cabeça e decorava fórmulas de química com uma memória impecável, fui salvo por um amigo, talvez o único que restou do ginásio, o Rogério Correa, que foi para o “Clássico”, com a intenção de fazer cinema. Ele me convidou para fazer um filme que unia literatura e urbanismo: um Super 8 sobre os poemas de Mário de Andrade que tratavam de São Paulo.

Realizar este trabalho foi uma aventura urbanística. Primeiro, me aprofundar na Paulicéia Desvairada e Lira Paulistana, procurando os poemas que falassem da cidade. Depois identificar inúmeros lugares citados, ir conhecê-los e fazer um roteiro para filmá-los com os poucos recursos técnicos que tínhamos. O filme saiu como deu, mas conheci em detalhe o centro de São Paulo, que depois estudei, pesquisei, percorri com meus alunos e nele trabalhei.

Através de Mário de Andrade, fui conhecendo a cidade e aprendendo a dela gostar – “São Paulo – Comoção da minha vida”. O meu primeiro, de tantos guias urbanos e arquitetônicos foi um livro de poemas: a Ponte das Bandeiras, as águas pesadas e oleosas do Rio Tietê,

os parques do Anhangabaú, as ruas do triângulo, a Rua Aurora, o Edifício dos Correios e Telégrafos, a Catedral da Sé (que nunca se acaba), os jardins do Ipiranga. “Minhas Londres das neblinas frias”.

Entendi melhor o clima e os povos da cidade:

*“Garoa do meu São Paulo  
– Timbre triste dos martírios –  
um homem vem vindo, é branco!  
Só bem perto fica preto,  
Passa e volta a ficar branco.”*

E passei a ter novas curiosidades. Olhava o Largo do Paissandu e pensava porque o sexo deveria ficar lá enterrado e porque os joelhos ficariam na Universidade...

### APRENDENDO A MEDIR COM OS PÉS E A PESQUISAR COM OS OLHOS [1974]

No dia 4 de fevereiro de 1974, acordamos ansiosos no alojamento nojento que a prefeitura de Taubaté havia nos cedido: neste dia, em que eu faria 19 anos, iria sair o resultado do vestibular e eu saberia se entraria na FAU. Por sorte, tanto eu, como o Luiz Guilherme, tínhamos sido aprovados. Mas nem pudemos comemorar muito, seguimos em frente com o levantamento que estávamos fazendo: casas do ciclo do café no Vale do Paraíba, meu primeiro trabalho de arquitetura, meio pesado para um estudante que nem sequer tinha en-

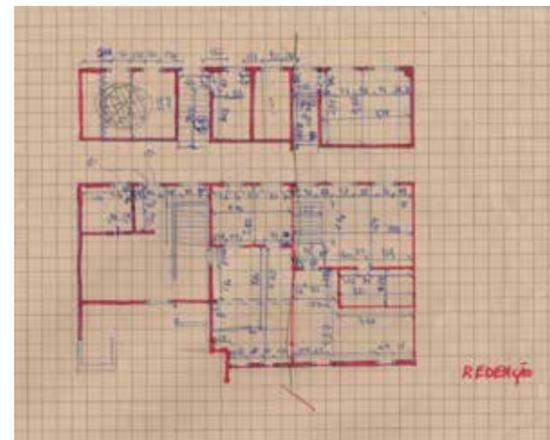
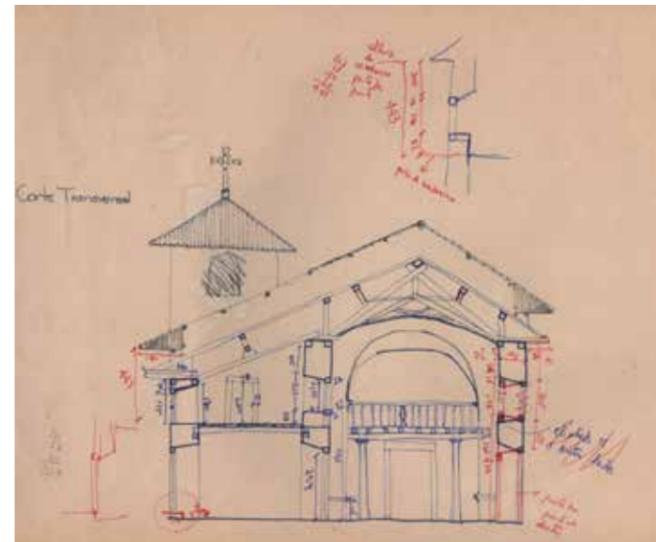
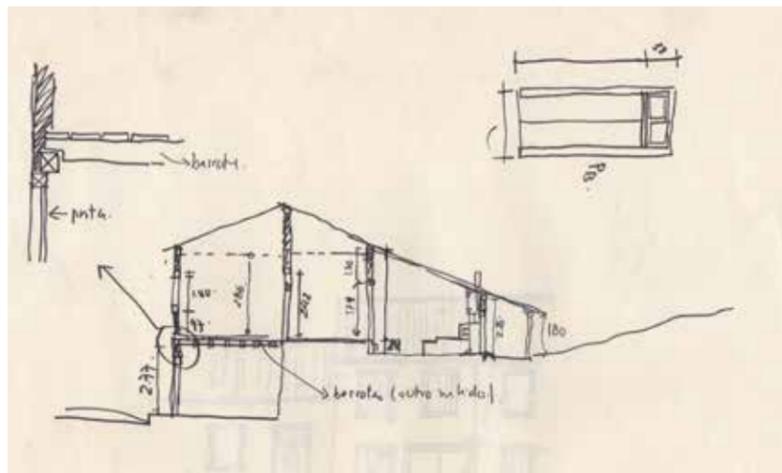
trado na faculdade de arquitetura.

Tudo começou no último dia de aula de linguagem arquitetônica no Equipe, onde fiz meu segundo ano de cursinho; o professor Odair me chamou de lado e perguntou se eu queria fazer um trabalho nas férias. Disse que sim. Ele me deu o telefone de um arquiteto chamado de ‘Janjão’, com quem combinei me encontrar no dia seguinte ao vestibular.

O encontro foi no Casarão da Rua Baronesa de Itu, que depois fiquei sabendo que era a sede do Iphan em São Paulo, mas o trabalho não era para o Iphan, era para outro órgão, o Condephaat, mas quem nos contratava – se é que aquilo podia ser chamado de contrato – era uma empresa denominada, “Arquitetura e Restaurações”, que logo descobri ser do próprio Janjão. Tudo muito complicado para quem nem sequer sabia que o que era coisa e outra...

A proposta era indecente, mas aceitei com aprovação do meu pai, que teve que financiar a brincadeira toda, pois somente iríamos receber ao final do trabalho. Relembrando o episódio, entendo melhor porque chamaram dois alunos que nem sequer estavam na faculdade: as condições eram terríveis do ponto de vista material, mas acabaram sendo deliciosas como aprendizado e aventura.

Tínhamos que visitar várias cidades do Vale do Paraíba, inclusive zona rural, localizar cem imóveis urbanos e cem fazendas do século XIX, relacionadas com o pe-



Na página ao lado, croquis elaborados pelo Janjão no nosso treinamento para o levantamento. Nesta página, alguns dos croquis que elaborei no levantamento arquitetônico realizado no Vale do Paraíba

ríodo do café e fazer seu levantamento arquitetônico: plantas, cortes, elevações, detalhes da estrutura do telhado e outros elementos que julgássemos importantes, em desenhos a mão. Depois, teríamos que passar a limpo a nanquim, em papel vegetal, para finalizar a entrega. Todas as despesas eram por nossa conta e no final, depois de entregue, receberíamos alguma coisa, acho que era cem cruzeiros por imóvel levantado, pagava as despesas e pouco mais.

No dia seguinte, Janjão nos levou até o Sítio Santo Antônio, em Cotia, onde fomos fazer um treinamento expedido. Fiz de conta que aprendi, estava só começando. Perguntei como iria identificar os imóveis que devíamos fazer o levantamento e recebi uma aula de arquitetura tradicional e uma bibliografia que tratei de comprar, livros de nomes que desconhecia, mas que logo iria conhecer ao vivo: Luís Saia, Nestor Goulart, Carlos Lemos, Benedito Lima de Toledo. Foi minha primeira aula de arquitetura, sentado na grama sob a sombra de uma árvore e com a paisagem do sítio bandeirista do século XVII.

Na 2ª feira seguinte, Janjão nos levou até Taubaté, onde fizemos uma reunião com o prefeito. Foi a primeira vez que vi um prefeito. Entramos na sala e ele falava ao telefone, desligou e disse com ar importante “com a fábrica vieram os problemas” e logo em seguida entendi que ele estava falando da Volkswagen, que estava se instalando na cidade. O prefeito disse que sim, que ajudaria e cedeu um quarto malcheiroso num alojamento municipal para que não tivéssemos mais essa despesa.

Ficamos alojados, inicialmente em Taubaté. De dia, identificava os casarões e ia bater a porta, pedindo pelo amor de Deus para que o proprietário me deixasse entrar para fazer os levantamentos; de noite, lia os livros recomendados pelo Janjão, que tinha levado. Depois de Taubaté, fomos para Pindamonhangaba, Roseira, Caçapava, São José dos Campos, Jacareí, Santa Branca, Jambeiro, Paraibuna...

Apreendi o que era uma tesoura, uma terça, um beiral e um cachorro. O que era um oitão e uma parede cega. Como distinguir uma parede de taipa de pilão de outra de pau a pique; uma casa de implantação tradicional de um chalé do final do século, com um pequeno re-cuo lateral. Tinha que subir nos telhados, para desenhá-la sua estrutura, e descer aos porões, se existissem, para ver como eram as fundações.

Na zona rural, foi mais difícil. Meu pai emprestou o carro, uma Brasília amarela, que ficou semidestruída. A orientação era para que fôssemos em dupla. Percorrendo estradas de terra, verdadeiras picadas, orientados por mapas antigos, tínhamos que procurar a sede das fazendas, sem saber se eram ou não de interesse para os levantamentos. Às vezes, tínhamos que largar o carro e continuar por trilhas no meio do ‘mar de morros’ para chegar numa sede que não valia a pena levantar. Para economizar dinheiro e tempo, resolvemos levar uma barraca e dormir por ali mesmo.

O levantamento das fazendas foi difícil e demorado, mas muito mais interessante. Além do levantamento

de todos os edifícios, tínhamos que fazer a implantação, localizando a sede, depósitos, senzalas, terreiros, roda d’água e outros equipamentos. Assim, fui aprendendo, na prática, a relação entre a implantação das estruturas arquitetônicas e o meio físico, com noções de topografia, hidrologia, estudo da paisagem etc.

Como o levantamento não podia ser muito demorado, todas as medidas eram tomadas por passo, não mediamos nada com trena, o método era tal que uma pessoa sozinha pudesse fazer todo o levantamento. Com papel quadriculado, cada quadrado valia um passo, cada passo oitenta centímetros, eu tinha que forçar o pé para chegar lá. Era o período heróico dos que lutavam pela documentação e preservação do patrimônio, mas eu não sabia disto.

Depois veio a fase de desenhar o que tínhamos levantado. Isto já era em meados de 1974 até os primeiros meses de 1975, pois o trabalho todo demorou mais de um ano. Na sala do fundo do casarão do IPHAN da Rua Baronesa de Itu, passava horas e horas, às vezes virando as noites, depois das aulas na FAU, desenhando em nanquim. Foi neste período que conheci o homem do livro que tinha lido: Morada Paulista. Cabelos brancos, falava muito, olhava os desenhos e sempre tinha um comentário, contava uma história de suas andanças pelo estado e pelo país. Foi uma grande sorte conhecer Luís Saia, que faleceu antes que eu terminar os desenhos.

## ELEMENTOS DA FORMAÇÃO ACADÊMICA: ENTRE O PENSAMENTO CRÍTICO E A PESQUISA EMPÍRICA (1974-1982)

Considero que o período principal da minha formação básica se deu entre 1974 e 1982, quando se definiram as principais abordagens e linhas de pesquisa que acabaram sendo desenvolvidas ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional. As referências básicas deste período de formação são, o ano de 1974, quando comecei a trabalhar em arquitetura e, logo em seguida, com o ingresso na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e o ano de 1982, quando prestei o exame de qualificação para o mestrado, depois de fazer oito disciplinas de pós-graduação, fazer um grande mergulho em bibliotecas e arquivos e estudar quase tudo o que havia sido produzido sobre o urbano no Brasil até aquele período.

Refletindo sobre esse período de formação teórica, encontrei quatro referências que foram importantes na minha trajetória:

- a formação em ciências humanas e economia política, que deu origem a um pensamento crítico;

- a formação em história da arquitetura, por meio do estudo e da observação e levantamento da arquitetura e urbanismo português no Brasil;

- a formação em sociologia urbana, tanto teórica como empírica que teve com o campo de observação privilegiado a periferia da região metropolitana de São Paulo;

- a formação em política habitacional e planejamento urbano, no âmbito de uma visão progressista vinculada à necessidade de controlar o processo de expansão urbana através de instrumentos urbanísticos inovadores e de intervir para garantir a moradia digna para os que não têm acesso a ela através do mercado;

Quando se é estudante de graduação, as principais referências que temos são os nossos professores, os autores dos livros que lemos com mais afinco e os profissionais com quem trabalhamos. É com base nos livros que li e no contexto acadêmico onde eles foram propostos que apresento os principais elementos de minha formação, que acabou por tomar um viés orientado por uma visão marxista do processo urbano, mas com importantes particularidades da leitura dos clássicos.

As principais autores que estudei foram os clássicos Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Raimundo Faoro e Caio Prado e, a nível internacional, a sociologia urbana francesa, em particular, Manuel Castells, Jean Lojkine e Christian Topalov; nas ciências sociais e economia política, os pesquisadores do CEBRAP

e CEDEC, em especial, Chico de Oliveira, Paul Singer, Francisco Weffort e Lúcio Kowarick; no urbanismo e planejamento urbano, Flávio Villaça, Candido Malta Campos Filho, Luiz Carlos Costa e Jorge Wilhein; na habitação, Gabriel Bolaffi, Ermínia Maricato, Carlos Lemos e Maria Ruth Sampaio; na antropologia urbana, Gilberto Velho e Carlos Nelson dos Santos; na arquitetura, Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre; na história da arquitetura e urbanismo, a Escola de Veneza, em especial, Carlo Aymonino e Manfredo Tafuri, além de Leonardo Benevolo, Gideon e Anatole Kopp.

Quando se fala de formação, não basta dizer quais autores foram lidos e adotados, mas de mostrar o contexto em que foram lidos, sobretudo porque boa parte deles foram professores, orientadores e referências relativamente próximas, com quem era possível conversar e conviver. Apresento, então, na sequência, alguns relatos que ajudam a entender como construí minha formação. Esse relato está organizado a partir de autores de alguns dos livros que estudei e do contexto em que eles foram lidos. Estão ordenados de forma aleatória, não seguindo necessariamente nenhuma ordem cronológica nem de relevância, pois todos foram importantes de algum ponto de vista. As datas indicam a primeira vez que tive contato com as ideias destes autores, seja através de livros, textos ou de contatos pessoais.

### GABRIEL BOLAFFI (1974)

*A casa das ilusões perdidas; O problema e o falso problema*

Gabriel Bolaffi decidiu ser meu tutor desde o primeiro ano na FAU, quando me convidou para participar, em 1974, de um grupo de pesquisa sobre habitação que se reunia em sua casa. O convite veio depois que ele leu a resposta que dei a uma questão sobre o modo de produção capitalista e a escravidão no Brasil, em uma prova na sua disciplina de “Fundamentos Sociais da Arquitetura e Urbanismo”.

Quando cheguei em sua casa para a reunião do grupo, lá estava a Raquel Rolnik, também convidada, e que passaria a ser nesses anos da FAU minha companheira de estudos sociais e urbanos, grande parceira intelectual que até hoje compartilha comigo reflexões sobre nossas cidades e da maneira como elas são ocupadas.

Nesse grupo de estudos, lemos e debatemos vários textos sobre habitação como, entre outros, *A questão da habitação*, clássico de Engels. Foi minha verdadeira introdução na vida intelectual. Com esse grupo fiz a primeira visita à Vila Maria Zélia, que ainda estava intacta. Meu interesse pela história da cidade e da habitação cresceu enormemente, o que acabou por marcar minha trajetória nos anos seguintes.

Os trabalhos acadêmicos do Prof. Bolaffi, em especial sua tese de doutorado (publicada com o título *A casa*

*das ilusões perdidas*) e seu artigo (*O problema e o falso problema*) foram referências fundamentais que me ajudaram a entender as causas mais profundas da questão habitacional no Brasil, as limitações da política promovida pelo regime militar por intermédio do Banco Nacional de Habitação e a relação entre a economia política e a questão urbana e habitacional.

### ERMÍNIA MARICATO (1975)

*A penetração dos bens modernos na casa popular; Autoconstrução a arquitetura possível*

Quando ingressei na FAU, algumas das principais lideranças da escola, como os arquitetos Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Sérgio Ferro, estavam afastados por razões de ordem política. Apesar disso, pude entrar em contato com suas idéias e concepções.

Uma oportunidade para me aproximar da visão de Sergio Ferro foi na disciplina de Desenho Industrial, ministrada no 2º ano pelos professores Ermínia, Ivone, Telmo e Percival. Essa experiência foi fundamental para introduzir uma dimensão que, até então, ainda não havia aparecido no curso que eu fazia na FAU, mas que era uma referência para todos um grupo de arquitetos que buscava ampliar o horizonte de trabalho profissional, com os olhos voltados para a periferia e para o processo do trabalho na construção civil.

Ao entrar na classe, no primeiro dia de aula (atrasado, é claro), Raquel me entregou o programa da disciplina, que

6- Aparelhos de uso domestico que possui:

APARELHO	MARCA	COMPROU (local)	GANHOU (de quem)	NOVO	USADO
Fogão gás	HOPEL	Monte Alegre (Rio de Janeiro)		X	
chuveiro eletr.	LORETTA	Monte Alegre (Rio de Janeiro)		X	
geladeira	ALIMAY			X	
maq. costura	MICHELLE (Colômbia) (LATA)			X	
ferro eletr.				X	
ferro de carvão					X
liquidificador	SALVO			X	
batedeira de bolo					X
enceradeira					X
aspirador de pó					X
exaustor					X
maq. de lavar roupa					X
radio de mesa					X
radio portatil					X
televisao					X
vitrola					X
gravador					X
maq. fotografica					X
acendedor de cigarros					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som					X
aparelho de TV					X
aparelho de rádio					X
aparelho de som</					

A importância que o texto *Crítica à Razão Dualista*, em particular no que se refere à discussão sobre a autoconstrução, teve para minha formação e análises foi tão importante, que escrevi um artigo específico sobre esse tema (*Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Francisco de Oliveira*) no livro *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*.

### LÚCIO KOWARICK (1975)

*São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza* (1976); *Espoliação urbana* (1978-80)

A primeira notícia que tive de *São Paulo 75: crescimento e pobreza*, livro tão importante para o Brasil contemporâneo, foi que uma bomba, atribuída aos órgãos de segurança, havia estourado na sede do CE-BRAP, instituição que o tinha elaborado. Isso mostra o clima em que se vivia em um momento crucial para o processo de redemocratização do país e o quanto esse livro parecia ameaçar a ordem instituída.

Para mim, o livro foi fundamental para a compreensão dos processos urbanos no Brasil durante o regime militar, em particular para a relação entre a acumulação capitalista, o processo de produção das cidades brasileiras e a precarização das condições de vida, em especial de moradia e infraestrutura urbana.

Em especial, o capítulo *A lógica da desordem*, de auto-

ria do professor Lúcio Kowarick, exerceu forte influência por mostrar que havia uma lógica no processo de expansão das cidades e na precariedade da periferia. Foi a partir da leitura deste livro que Raquel e eu procuramos Kowarick para nos orientar na elaboração do projeto de pesquisa de iniciação científica que queríamos enviar para obter uma bolsa de iniciação científica da FAPESP. A pesquisa recebeu o título de *Formação da Periferia da Grande São Paulo: elementos para sua análise*, adiante comentado, e, posso afirmar com segurança, foi o ponto de partida para minha trajetória acadêmica.

Como orientandos do professor Kowarick, passamos a frequentar seu grupo de estudos e conhecer sua produção científica. Neste período, participei de dois grupos coordenados por Lúcio. Em 1977, em sua casa, com seus orientandos de mestrado e doutorado, onde pude ler e debater um amplo conjunto de textos de história social, sociologia e economia política. Assim, pude tomar contato com autores como Wilson Cano, João Manuel, Warren Dean, Paulo Sérgio Pinheiro, Wilson Suzigan e muitos outros que foram fundamentais para minha formação e, posteriormente, para o mestrado (que virou doutorado) em história da habitação que acabei fazendo.

Em 1978, participei de outro grupo liderado por Kowarick, mais amplo, que será relatado adiante, onde o conceito de espoliação urbana, em formulação pelo professor, foi amplamente debatido. Antes desse conceito ser explicitado em seu livro, publicado em 1980,



Todo o meu período de formação ocorreu durante o regime militar. Acima, o Marechal Castelo Branco, primeiro presidente após o golpe de 1964, é saudado pelos militares (1964).

ele havia sido debatido amplamente nesse grupo. Por isso, a ideia de espoliação urbana está presente no nosso texto *Periferias*, o que muito contribuiu para as análises realizadas. O processo de convivência quase cotidiana com Lúcio, entre 1977 e 1985, exerceu um papel central na minha formação.

### SÉRGIO FERRO (1976)

*O canteiro e o desenho; Arquitetura Nova e A casa popular*

Em 1975, fiz uma disciplina de projeto com o Prof. Rodrigo Lefèvre; a partir daí ele virou muito mais que um professor marcante, tornou-se um orientador informal de arquitetura e um amigo. Em janeiro de 1976, em uma viagem mochileira pela Europa, passei (com a inseparável Raquel, e a Bartira, outra colega da FAU) por Grenoble, onde Rodrigo estava lecionando como professor convidado. Foi a oportunidade para conhecer Sérgio Ferro que, para nós que ingressamos na FAU em 1974, era uma abstração, um guru desconhecido. Ele virou de carne e osso e pudemos entender um pouco melhor o que ele pensava. Que, aliás, não era exatamente o que se falava na FAU, onde seu nome era usado para defender uma posição de que não tínhamos nada a fazer em arquitetura.

Alguns meses depois, como consequência deste contato, o Sérgio nos enviou os manuscritos do que viria

a ser o *Canteiro e o Desenho*, um texto datilografado. Apesar da dificuldade e da abstração do texto, ele foi lido nesta versão primitiva; isto foi muito importante para, no ambiente político da FAU de 1977 e 1978, formular uma via alternativa que fugisse à polarização entre os que defendiam a necessidade de se projetar nos moldes tradicionais e os que argumentavam a favor do “não projeto”. O texto foi marcante para introduzir a necessidade de analisar a produção da arquitetura, estudar o canteiro de obras e garantir a participação do usuário no processo de elaboração do projeto arquitetônico.

Os textos *Arquitetura Nova e A Casa Popular* foram muito importantes para entender as origens do interesse dos arquitetos sobre a autoconstrução da casa popular, no âmbito da crítica que Ferro faz ao projeto moderno, questão que estávamos estudando na pesquisa de iniciação científica sobre a formação da periferia.

### KARL MARX E F. ENGELS (1974)

*Formação da classe trabalhadora na Inglaterra; A questão da habitação; O Capital - Livro 1*

Desde o início dos meus estudos, tive uma formação de orientação marxista, mas ao longo da minha trajetória na FAU tive a oportunidade de aprofundar esse estudos em várias disciplinas e de participar de grupos de estudos informais que se formavam em profusão

no ambiente política efervescente da USP na segunda metade dos anos 1970.

A leitura integral do *Capital* era um grande desafio, que enfrentei em 1977, no curso de História da Técnica com Rui Gama e Júlio Katinsky, ao mesmo tempo em que participava intensamente do movimento estudantil, em manifestações de rua contra a ditadura. O livro 1 do *Capital* foi indicado como literatura básica, e deviam ser fichados um ou dois capítulos desse livro por semana. Talvez tenha sido eu um dos poucos da turma que cumpria regularmente esta obrigação. O estudo do *Capital* foi essencial para entender a formação do modo de produção capitalista e sua relação com a acumulação e a exploração do trabalho, assim como conceitos importantes para as pesquisas que estava começando a fazer, como mercadoria, mais-valia absoluta e relativa, reprodução da força de trabalho, etc.

Já os textos *Formação da classe trabalhadora na Inglaterra* e *A Questão da habitação*, estudados inicialmente para uma disciplina optativa de Gabriel Bolaffi sobre habitação ministrada em 1975, foram essenciais para a formação básica sobre um tema que foi meu objeto de estudo ao longo de toda a trajetória acadêmica. Essenciais para entender a formação da cidade capitalista europeia e das estratégias formuladas pelo Estado capitalista para enfrentar os problemas urbanos e habitacionais, elucidando as limitações das ações públicas em política habitacional na cidade capitalista, esses livros foram retomados posteriormente no mestrado e nas várias pesquisas realizadas nos períodos seguintes.

### A SOCIOLOGIA URBANA FRANCESA: MANUEL CASTELLS, JEAN LOJKINE E CRISTIAN TOPALOV (1977)

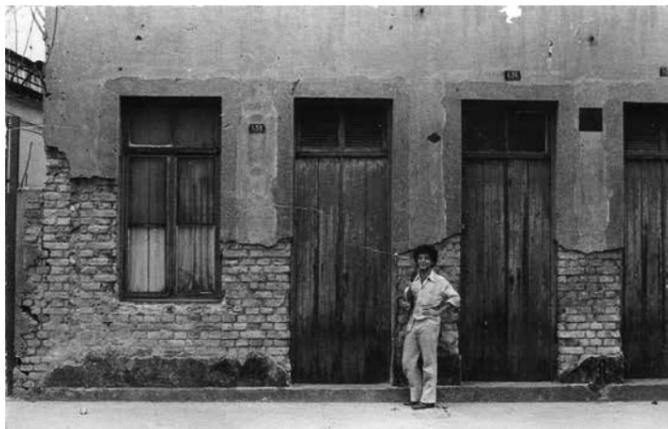
*A questão urbana; A produção capitalista da cidade* e *Os empreendedores imobiliários*

Estes autores e outros da chamada sociologia urbana francesa dos anos 1970 foram muito importantes para entender a produção capitalista da cidade, numa visão marxista que buscava construir uma teoria sobre a cidade, aprofundando temas como renda da terra, estado do bem estar social, meios de consumo coletivo etc. Entre 1978 e 1980, participei de um grupo de estudos, que se reunia as noites na FAU, com alguns professores e profissionais (Lúcio Kowarick, Rodrigo Lefevre, Lúcio Gregori, Paulo César Xavier, Félix Araújo, Jorge Oseki entre outros) que objetivava estudar e debater vários desses textos.

No mestrado, pude mergulhar e aprofundar o estudo desses textos em disciplinas como as ministradas pelos professores Flávio Villaça e Maria Adélia.

### CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS (1980)

*Quando as pranchetas mudam de rumos* (1978); *Movimentos Sociais no Rio de Janeiro* (1982); *Quando a rua vira casa* (1983)



Desde o primeiro ano da FAU, o fascínio pela história da cidade (1975).

Conhecer Carlos Nelson Ferreira dos Santos foi fundamental para ampliar minha visão sobre a cidade brasileira, na sua real complexidade, possibilitando incorporar aspectos pouco ou nada valorizados pela leitura e interpretação marxista que foi predominante na minha formação na USP, marcada pelo estudo dos sociólogos urbanos de cunho materialista e generalista.

Com um olhar antropológico, Santos introduziu novas perspectivas de análise sobre a cidade, valorizando a diversidade, os atores e os movimentos locais com suas lógicas e interesses próprios e específicos. Em *Quando a rua vira casa*, ele elaborou com maestria uma crítica às formas autoritárias de produção e renovação da cidade, que foram essências para minha opção por construir formas participativas na gestão urbana. Nesse mesmo sentido, *Quando as pranchetas mudam de rumo* mostrou que seria possível trabalhar com arquitetura e urbanismo, com outros paradigmas que rompessem com a prática tradicional da profissão de arquiteto, incluindo a participação dos usuários.

Os livros de Carlos Nelson (em especial *Movimentos Sociais no Rio de Janeiro*) e os contatos diretos com ele em seminários e debates no início dos anos 1980 (súbita e infelizmente interrompidos por sua doença e morte) foram fundamentais para a meu progressivo interesse em trabalhar diretamente com os movimentos sociais, vendo o quanto era insuficiente observar a periferia e a favela apenas com o olhar acadêmico e distanciamento científico. Daí para a pesquisa-ação, que marcou minha atuação nos anos 1980, foi um passo.

Carlos Nelson abriu, ainda, as portas para o estudo de novas bibliografias, como os textos de antropologia urbana, o que me levou a estudar autores como Gilberto Velho e Roberto Da Matta, além de ter despertado a atenção para a obra de Felix Guatari.

### ANATOLE KOPP (1985)

*Quando o moderno era uma causa e não um estilo*

Em 1985, conheci, por intermédio do professor Dácio Ottoni, Anatole Kopp, que estava em São Paulo. A seu pedido, organizei um roteiro de visitas a assentamentos habitacionais periféricos, como favelas, loteamentos, conjuntos e, sobretudo, projetos de habitação “alternativos” que estávamos desenvolvendo no Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes, onde buscávamos introduzir formas autogestionárias de produção da habitação social, descritos nos itens seguintes. Durante muitos anos e até o presente, como “especialista” em periferia, sou muito solicitado para esse tipo de “passeio”.

Anatole Kopp, que queria conhecer projetos que relacionavam propostas políticas com arquitetura, gostou muito das propostas que estávamos desenvolvendo. Ficou mesmo entusiasmado, como se nele renascesse uma esperança. Fiquei surpreso com aquele velhinho que – como eu – falava em utopia, mas a relacionava com o movimento moderno. No percur-

so fiz inúmeras críticas à arquitetura moderna brasileira e, em particular, aos conjuntos do BNH. Ele dizia que nem sempre foi assim.

Como retribuição à minha gentileza de passar um dia inteiro com ele rodando por São Paulo, depois de um tempo me enviou um texto de sua autoria, que alguns anos depois (1991), saiu no Brasil: *Quando o moderno era uma causa e não um estilo*. Foi um livro fundamental para a redefinição e ampliação do meu doutorado, que até então estava dirigido exclusivamente para a história social e economia política, iniciando o estudo da relação entre o movimento moderno e a habitação social no Brasil nos anos 1930 a 1960.

## FORMAÇÃO DA PERIFERIA DA GRANDE SÃO PAULO: UMA INICIAÇÃO EM PESQUISA (1977-1979)

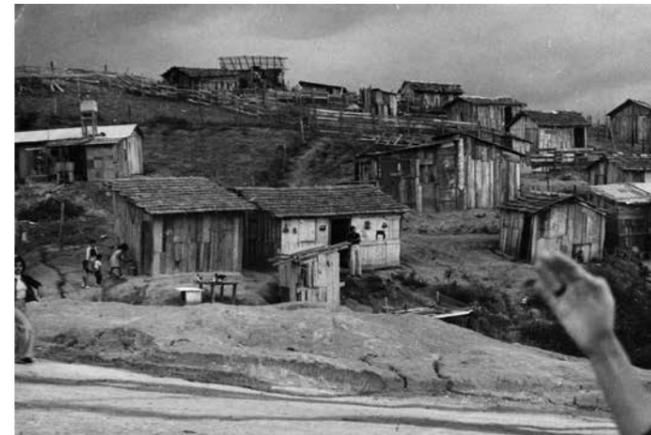
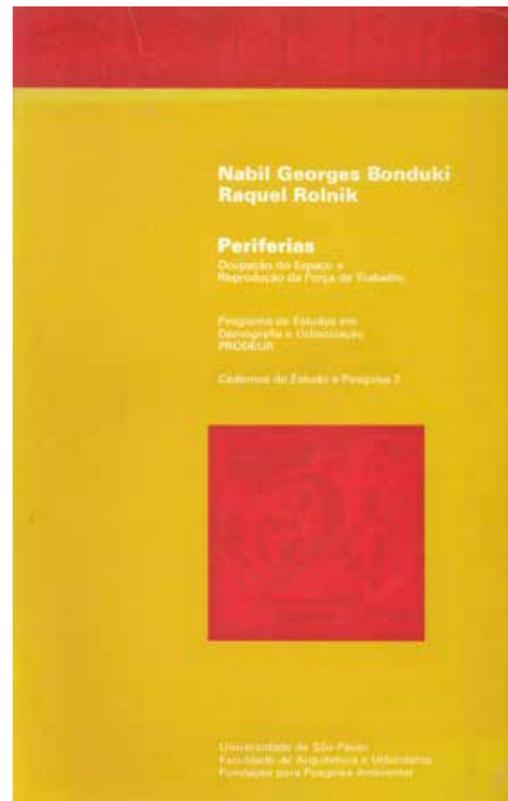
Em 1976, durante esse processo de formação, que se encaminhava para um aprofundamento na área da economia política e do que, na época, se chamava de sociologia urbana, propus, com Raquel Rolnik, um projeto de pesquisa que submetemos à FAPESP com a solicitação de bolsas de iniciação científica. Como Gabriel Boláff, que a princípio deveria ser nosso orientador, iria passar um ano no exterior, buscamos o professor Lúcio

Kowarick, que recentemente havia participado do livro São Paulo 1975: crescimento e pobreza, uma referência para nós. Ele aceitou orientar a pesquisa embora fôssemos alunos da FAU e ele professor da FFLCH.

A ideia era uma pesquisa sobre a formação da periferia, tentando entender todo o processo de produção da casa própria autoconstruída, desde a constituição do loteamento até o processo de execução, em etapas, da edificação. A pesquisa buscava dar concretude real aos processos que vinham sendo tratados em textos de cientistas sociais, mas que nos pareciam ainda muito abstratos no que se refere aos processos urbanos e arquitetônicos propriamente ditos.

Com a orientação segura de Kowarick e ainda apoiados por alguns professores da FAU que nos ajudaram, como a professora Suzana Pasternak no cálculo das amostras, tivemos a oportunidade de realizar uma pesquisa que foi efetivamente uma iniciação científica, experimentando vários métodos e procedimentos de pesquisa. Durante o desenvolvimento do trabalho, fomos ainda convidados a participar de um novo grupo de pesquisa que se instalou na FAU – o Programa de Demografia e Urbanização (PRODEUR), coordenado pela professora Neide Patarra, que nos garantiu um apoio de infraestrutura e um ambiente intelectual fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

Aprendemos a fazer pesquisa quantitativa e qualitativa, a organizar e processar dados primários nos ainda monstruosos computadores do Centro de Compu-



A mão que aponta para a área pública do loteamento, ocupada com barracos, é da Raquel. A pesquisa mostrou que as favelas cresciam rapidamente no interior dos loteamentos.

tação Eletrônica da USP, a selecionar pessoas a serem entrevistadas, a tomar depoimentos e organizar as informações, a selecionar estudos de caso, a elaborar análises e a sistematizar uma interpretação, relacionando a teoria com os levantamentos empíricos. O relatório final da pesquisa expressou esse esforço de pesquisa e síntese, razão pela qual foi muito apreciado por todos os envolvidos.

A pesquisa sobre a periferia galvanizava uma ampla gama de estudos e leituras que já estávamos fazendo, como o texto de Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista*, em especial a parte que trata da “autoconstrução”; o livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, em especial os conceitos desenvolvidos por Lúcio Kowarick, no capítulo *A lógica da Desordem* e por Fernando Henrique Cardoso, em uma análise sobre o caráter especulativo do processo de expansão urbana; a pesquisa de Carlos Lemos e Maria Ruth Sampaio, *A casa popular paulistana*; os textos de Sergio Ferro, *A Casa Popular*.

Além desses textos e do debate propriamente acadêmico, a pesquisa também dialogava com um grupo de planejadores urbanos, fortemente envolvidos com a gestão pública, como os professores Candido Malta Campos Filho (então Coordenador Geral de Planejamento do Município de São Paulo) e Luiz Carlos Costa, que vinham propondo a implantação de instrumentos voltados para combater a especulação com terrenos ociosos e também estabelecia relações com a militância de professores, como a professora Maricato, que além dos trabalhos já citados, estavam trabalhando na

periferia, na mobilização política e na luta pela regularização de loteamentos clandestinos, realizando ainda atividades com o filme *Fim de Semana*. Apesar da relação com militantes do movimento sociais, a pesquisa tinha objetivos estritamente acadêmicos, não tendo estabelecido nenhum vínculo com lutas políticas que ocorriam em algumas áreas periféricas.

O vigor do trabalho que realizamos estava em estabelecer uma conexão direta entre os conceitos e as teorias que estavam sendo desenvolvidas e a constatação empírica desses processos em situações concretas. Ao estudar de maneira aprofundada cinco loteamentos periféricos no município de Osasco, com dezenas de visitas e trabalho de campo, a pesquisa deu concretude tanto para as reflexões sobre a expansão urbana da metrópole, como para o processo de promoção da casa própria através da autoconstrução.

O pioneirismo do trabalho estava exatamente da capacidade que tivemos de sair das reflexões teóricas e abstratas e penetrarmos no espaço da cidade real, vivenciando os loteamentos periféricos em todas as suas dimensões: estudando seus processos de ocupação; levantando com métodos quantitativos todos os aspectos relacionados com a construção das casas; entrevistando em profundidade seus promotores e moradores; identificando suas carências.

Embora a pesquisa tenha comprovado algumas teses que vinham sendo difundidas, como as relacionadas com a criação de vazios urbanos no processo de aber-

tura dos loteamentos distantes da área já urbanizada, a pesquisa com os loteadores mostrou outras estratégias especulativas, como a prática de vender lotes por partes, mantendo setores de cada empreendimento inteiramente desocupados para se beneficiar da valorização imobiliária gerada pelo próprio processo de ocupação.

A pesquisa avançou também ao mostrar que a auto-construção não se limitava ao trabalho gratuito exclusivo dos moradores, seus familiares e amigos, mas também podia incorporar trabalho pago, sob a gestão do morador proprietário. Por essa razão, propusemos o termo “autoempreendimento da casa própria”, conceito que foi muito importante para ajudar a formular e dar consistência à proposta de “mutirão e autogestão” como um programa público de produção de habitação, assunto que será tratada na parte seguinte desse Memorial.

Outra contribuição importante foi mostrar que, obviamente, não existe uma periferia, como se falava até então, mas várias “Periferias” (termo que acabou dando o título da publicação dos resultados finais da pesquisa), ou seja, que havia um processo contínuo de melhorias e urbanizações que iam criando camadas diferenciadas de bairros populares com níveis diversos de qualidade e inserção urbana. Esse processo, intimamente relacionado com as intervenções realizadas pelo poder público, também tinha por consequência a valorização imobiliária. A pesquisa mostrou, ainda, que nesses loteamentos viviam não só proprietários, mas também inquilinos (além de favelados), e

que estes tendiam a ser expulsos para loteamentos mais precários a medida que as condições urbanas fossem melhorando.

Embora esta pesquisa deva ser considerada parte do meu processo inicial de formação – era apenas uma pesquisa de iniciação científica e foi entregue como TGI Trabalho de Graduação Interdisciplinar em meados de 1978 – ela tomou uma dimensão que merece ser destacada. Rendeu, em todos os níveis, um desdobramento acadêmico estupendo e imediato: a primeira apresentação de um trabalho em um evento científico, na SBPC de 1978, em São Paulo, em uma mesa com Lúcio Kowarick e Ruth Cardoso; a primeira publicação de um artigo em periódico, em agosto de 1978, na *Revista de Arquitetura Chão* nº 2; a publicação integral do relatório final de pesquisa, no meu primeiro livro (*Periferias*, 1979) editado pela FAU, e a publicação de um capítulo, além de fotos, no livro coordenado por Ermínia Maricato *A produção capitalista da Casa e da Cidade no Brasil industrial (1979)*, ao lado de autores como Francisco de Oliveira, Paul Singer, Rodrigo Levefre, Gabriel Bolaffi e a própria Ermínia Maricato. Enfim, acompanhando parte significativa daqueles que tinham tido um papel significativo na minha formação.

O trabalho teve grande repercussão local e nacional, tendo rendido inúmeros convites para conferências, palestras e mesas redondas em vários eventos científicos e técnicos. Em outras cidades, surgiram pesquisas semelhantes, que buscavam entender a expansão periférica em outros contextos urbanos. De certa forma, nos tornamos “especialistas em periferia”.



A filha do Zelito, um antigo metalúrgico, morador do Jardim Cirino, que foi entrevistado na pesquisa, conseguiu nos localizar e nos convidou para voltar ao bairro, 31 anos depois da nossa visita: um reencontro emocionante (2009).

Graduados, fomos aceitos no Programa de Mestrado da FAU, não sem controvérsia; éramos considerados jovens demais em um momento em que não era praxe alunos recém formados ingressarem na pós-graduação. No âmbito do PRODEUR, como desdobramento desse estudo, foram propostos outros projetos de pesquisa que, inclusive, obtiveram financiamento. Um deles foi uma proposta (ainda hoje muito atual) que visava estudar o processo de deslocamento de moradores entre os bairros periféricos, na medida em que eles se urbanizavam e se qualificavam.

Por desentendimento sobre a autonomia que poderíamos ter no desenvolvimento desses projetos e no âmbito do próprio PRODEUR, Raquel e eu não pudemos participar dessas pesquisas que nós mesmos havíamos proposto e continuar nesse grupo, em decorrência de um episódio (e trauma) que fechou um ciclo do meu processo de formação. Em consequência, tive que mudar o tema do mestrado e renovar os ares.

Embora traumático e interrompendo uma linha de investigação, não posso dizer, olhando a posteriori, que esse incidente prejudicou minha trajetória acadêmica. Apenas influenciou na mudança de rumos, o que, de certa forma, foi bom. E ademais, foi um aprendizado sobre como funcionam as instituições acadêmicas, as hierarquias nos locais de trabalho e o sistema de poder universitário. Segui em frente, com novos desafios.

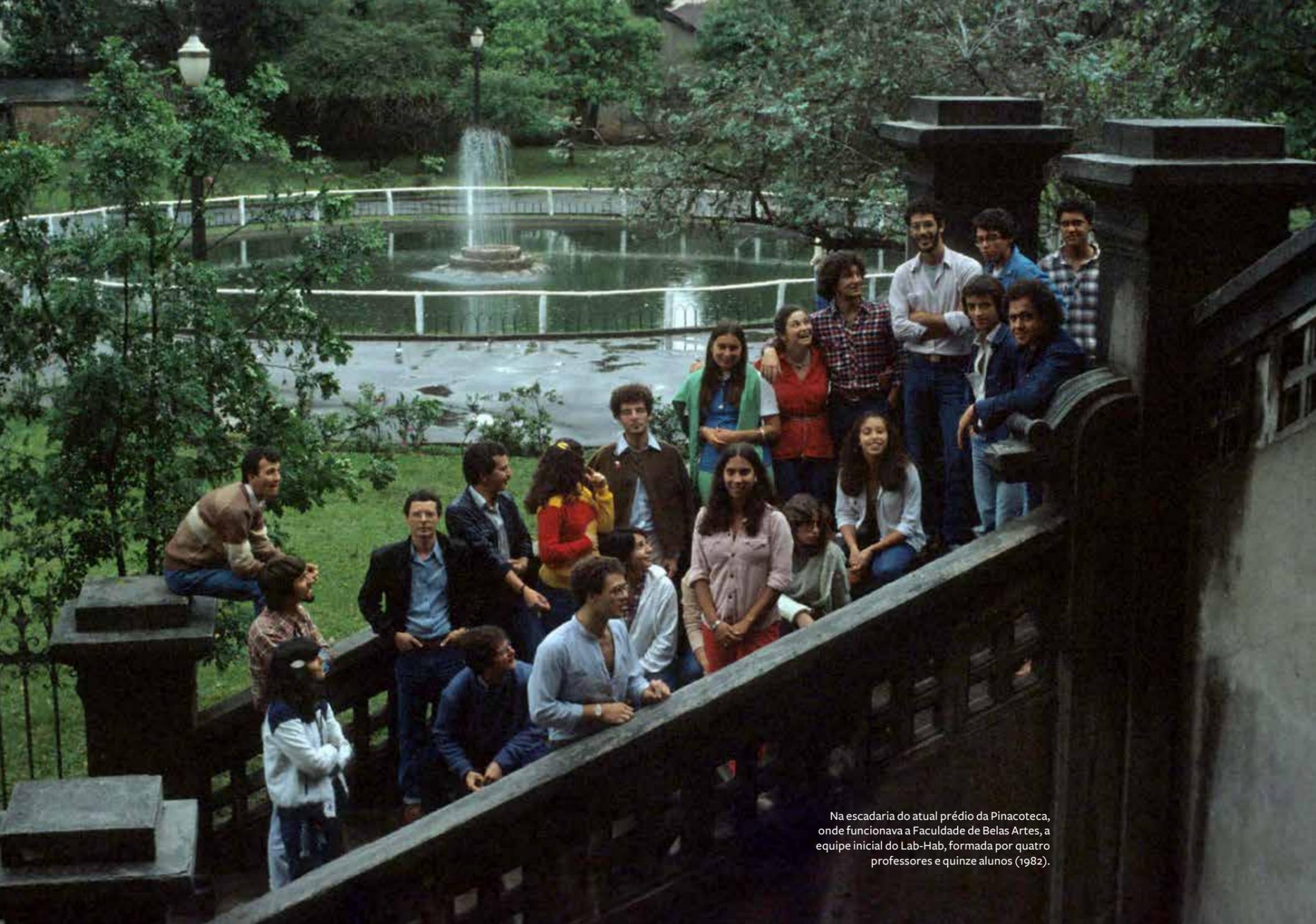


foto: Douglas Marsoer

Em carrinhos de obras, chegam ao Congresso Nacional os documentos assinados por mais de um milhão de eleitores apoiando o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para criar o Fundo Nacional de Moradia. Uma nova utopias mais mobilizava a sociedade era a “democracia participativa”.

## 2

### TEMPOS DE UTOPIA [1982-1988]



Na escadaria do atual prédio da Pinacoteca, onde funcionava a Faculdade de Belas Artes, a equipe inicial do Lab-Hab, formada por quatro professores e quinze alunos (1982).

### **O ENTRELAÇAMENTO ENTRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, FORMAÇÃO, PESQUISA E POLÍTICA: O LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO [1982-1986]**

A pesquisa sobre a periferia foi um marco na minha trajetória, indiscutivelmente. Permitiu que, de repente, me transformasse, precocemente, em um pesquisador requisitado, com um trabalho divulgado e conhecido em todo o país, o que permitiu vários desdobramentos importantes do ponto de vista profissional e acadêmico. No entanto, aquele tipo de trabalho acadêmico, distanciado do meu objeto de estudo, estava me parecendo insuficiente para o que eu pretendia fazer.

Quando *Periferias* foi publicado, em 1979, resolvemos levá-la para as pessoas que tinham sido entrevistadas e outras que conhecemos nos loteamentos. Achávamos que era importante dar um retorno para eles, que todos ficariam muito contentes com a denúncia que o trabalho fazia, denunciando os loteadores e apontando a precariedade urbana e carência dos loteamentos pesquisados, ricamente ilustrados com fotos que expunham as péssimas condições de vida nesses locais.

Depois de distribuir alguns exemplares, fomos surpreendidos na rua quando alguns jovens vieram em nossa direção, de maneira agressiva, com a publicação na mão para tirar satisfação sobre alguma coisa que estava escrito no texto: “então vocês vem aqui para falar mal do nosso bairro? O que vocês estão fazendo para melhorar o bairro?”. Tentamos dizer que não tinham

nada contra o bairro, que era uma denúncia contra o sistema, mas eles não ficaram muito convencidos.

Aquele sinal me deixou muito incomodado. Estávamos em 1979, o país estava mudando rapidamente: greves no ABC, anistia, formação de novos partidos, sinais de que o espaço político estava se ampliando. O momento já não era o mesmo de 1975, quando denunciar a precariedade urbana era um ato político, de crítica às agruras do milagre brasileiro que empobrecia os trabalhadores e os submetia as péssimas condições de vida.

Nesse clima, percebi que queria algo mais que fazer pesquisa acadêmica com distanciamento e método puramente científico. Queria entrelaçar a pesquisa não com uma militância partidária, um tanto abstrata (até então não participava de nenhum grupo político ou partidário), mas com uma ação concreta.

A oportunidade surgiu logo em seguida, em 1981, ao ser convidado por Jorge Caron para dar aulas no nascente curso de arquitetura da Faculdade de Belas Artes. Ele não queria um professor a mais; o corpo docente do curso já era excepcional. Ele queria alguém que entendesse da periferia e logo entendi o porquê!

Abriu-se para mim um tempo de utopias, de sonhar com a democracia, com a participação, com uma reviravolta no poder. Vivi esse tempo achando que ele podia ser também novo para a arquitetura e para pensar a habitação e a cidade de outra maneira. Foi o que tentei fazer...

## O DESAFIO DO LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO

Além de remoçar o quadro docente com jovens professores (tinha então apenas 26 anos), o que Caron tinha em mente quando me convidou era outra coisa: queria criar um laboratório voltado para desenvolver projetos e trabalhos extracurriculares na periferia da cidade, como um serviço de extensão comunitária que a Belas Artes iria promover, envolvendo professores e alunos.

Com a grande repercussão da pesquisa e das publicações sobre a periferia, nós ficamos conhecidos como “os caras” que conheciam a periferia e a maneira como a moradia dos pobres era construída, aspecto que, para a maioria dos arquitetos, era assunto marginal ou inexistente. Como Raquel estava de partida para fazer o doutorado em Nova York, sobrou para mim integrar a equipe do Laboratório de Habitação (LabHab).

A experiência de construir um laboratório ligado a uma faculdade de arquitetura e voltado para a intervenção foi fundamental para viver o novo momento que se abria para o país e continuar atuando na periferia a partir da universidade, mas com um enfoque que fosse além do meramente acadêmico.

Além de integrar a equipe do LabHab, ministrei, durante os quatro anos e meio em que fiquei na Belas Artes, aulas de *Métodos e Técnicas de Pesquisa* (disciplina inovadora em cursos de arquitetura e urbanismo no início dos anos 1980, onde os alunos deveriam formu-

lar um projeto de pesquisa e executá-lo durante três semestres), de *História do Urbanismo* (disciplina que ministrei durante mais de vinte anos, pois após deixar a Belas Artes, fui responsável por essa disciplina na USP-São Carlos); e de *Urbanismo*.

A experiência foi marcante, superando aquele incômodo que o retorno aos loteamentos de Osasco tinha me causado. Posso dizer que foi no Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes que consegui juntar o trabalho acadêmico sobre a periferia – até então apenas uma forma de observar sociologicamente o processo de formação de loteamentos e de autoconstrução da casa própria – com a vontade de atuar na arquitetura de uma maneira diferente.

O que me vinha à mente nesse projeto eram dois objetivos. O primeiro, retomar as ideias de Sergio Ferro sobre a desalienação entre o projeto e o canteiro, buscando desenvolver projetos com a participação dos moradores, que poderiam construir em autogestão, com o domínio completo de todo o processo de produção, da criação ao produto rompendo a alienação no trabalho, característica do capitalismo. Em segundo lugar, atuar politicamente junto aos movimentos sociais, prestando assessoria técnica tanto para os embates com o poder público como para apoiar a luta por melhores condições de moradia, em um momento em que crescia a mobilização da sociedade por soluções alternativas em políticas públicas.

A experiência marcou, portanto, um momento de



A equipe do LabHab trabalhando: formação e engajamento (1983).



Com Dom Paulo Evaristo Arns na abertura da Campanha da Fraternidade voltada para a moradia. A grande maioria dos movimentos de moradia nasceu das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e com apoio da igreja católica vinculada à Teologia da Libertação, durante o período em que Dom Paulo era o arcebispo de São Paulo.

passagem de uma prática acadêmica mais tradicional, marcada, sobretudo, pela sociologia urbana dos anos 1970, para um maior envolvimento com novas práticas de projeto, junto com a população, e uma militância política com os movimentos sociais, que para mim foi, muito mais do que os partidos, a porta de entrada para a política. Vivíamos o momento em que “os novos atores estavam entrando em cena”, como afirmou Eder Sader.

## A ESTRUTURAÇÃO DO LABHAB

O LabHab foi a primeira entidade estruturada e permanente de assessoria técnica voltada especificamente para os aspectos de arquitetura, urbanismo e construção surgida em São Paulo. Sem ele e sem o grande apoio e estímulo que deu à proposta de autogestão, dificilmente esta proposta teria se implantado com força nos movimentos de moradia, sobretudo na zona sul de São Paulo, na primeira metade da década de 1980.

O Labhab era herdeiro de um conjunto de trabalhos anteriores, realizados por arquitetos que foram para a periferia atuar no apoio aos movimentos populares como uma das facetas da luta democrática contra a ditadura. Ermínia Maricato, Zé Calazans, Luís Fingerman, Walter Ono, Antonio Carlos Santana são alguns destes arquitetos que, numa época muito mais difícil, quando a repressão da ditadura era forte, foram apoiar a organização popular que crescia com o apoio

das comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica Progressista, alicerçada na Teologia da Libertação.

A ideia do LabHab era mais do que isto. Já havíamos passado os tempos mais duros da ditadura e nossa perspectiva era fortalecer o movimento social ao mesmo tempo em que colocávamos em prática algumas novas concepções que entendíamos que poderia ser uma alternativa de política habitacional para o país, frente a forte crise do modelo BNH, que estava clara no início dos anos 1980. Neste sentido, o LabHab catalisava um conjunto de propostas que podia parecer um sonho, uma verdadeira utopia.

Para a faculdade, o LabHab era uma forma de se aproximar da igreja. Não por acaso, no dia 1º de maio de 1982, o diretor da Faculdade Belas Artes, Gomes Cardim, nos levou até a Cúria Metropolitana para anunciar a Dom Paulo Evaristo Arns que sua faculdade “iria apoiar as comunidades da periferia, com os alunos e professores levando seu saber técnico para ajudar os mais pobres”.

Este dia marcou o nascimento do LabHab, que foi a primeira experiência de uma série de propostas da Belas Artes que visava complementar a formação dos estudantes com de atividades de assessoria à comunidade e ou de pesquisa, garantindo uma dedicação dos docentes fora do horário de aula. Os professores eram remunerados por hora-aula, como se fosse uma atividade de orientação e os estudantes recebiam bolsas, o que lhes permitia frequentar o curso gratuitamente.

Instalava-se, assim, um núcleo de professores que permaneciam na faculdade para além do horário de aulas e de alunos em tempo integral, meio período em aula, meio período em atividades extracurriculares.

A concepção foi inovadora no ensino de arquitetura em escolas particulares, onde quase sempre o compromisso único do professor e dos alunos é o trabalho nas salas de aula, cumprindo o currículo acadêmico. O mérito por ter sido implantada é do arquiteto Jorge Caron, coordenador do curso de arquitetura da Belas Artes, desde o seu início até a formação da primeira turma em 1984.

### O TRABALHO DO LABHAB: ASSESSORIA, FORMAÇÃO, ARQUITETURA E POLÍTICA

A proposta original do LabHab era a de fornecer assessoria técnica para a parcela da população que não utiliza os serviços profissionais do arquiteto, em função do alto custo e da falta de reconhecimento da necessidade deste saber no processo de construção corrente, consequência do caráter elitista que a profissão sempre teve, protegida, sustentada e limitada pelo poder político econômico e cultural.

O LabHab tinha, portanto, objetivos essencialmente experimentais, dentro de um esforço maior que vários arquitetos vinham realizando de forma voluntária no sentido de construir uma nova prática profissional,

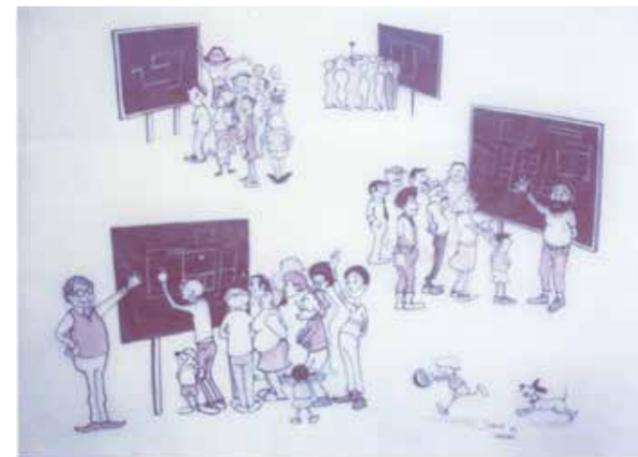
destinada a colocar nosso saber a serviços dos que não detêm o poder. Ao participar do Lab-Hab passei a integrar este grupo.

Foi baseado nestas experiências anteriores, que, entretanto, foram isoladas e descontínuas, nas quais algumas de seus membros já tinham participado, que chegamos à conclusão que a assessoria só surtiria o efeito desejado se atuássemos juntos aos movimentos sociais urbanos. Senão seria voluntarismo, paternalismo ou assistencialismo, posturas que desde o início rejeitávamos. Influenciado pela experiência das cooperativas habitacionais do Uruguai, que eu tinha acabado de conhecer e pelo contato que começava a ter com os movimentos de moradias ligados a igreja, que foram propiciados por minha ainda incipiente participação no Partido dos Trabalhadores, propus que tivéssemos como clientes privilegiados os movimentos de moradia e que lutássemos pelo estímulo à autoconstrução.

A proposta foi aceita, com apoio pelo arquiteto Juan Villá, que foi indicado coordenador do Lab-Hab e que havia participado, diretamente, da experiência da Cooperativa dos Arquitetos, promovida pelo Sindicato dos Arquitetos, em 1978, que tentou atuar como um serviço de assistência técnica remunerado na periferia e que fracassou por várias razões, entre as quais a atomização da clientela, sua baixa capacidade de pagamento e a falta de importância que a sociedade, de uma maneira geral, dá ao trabalho de arquitetura.



Reginaldo Ronconi foi um dos mais ativos e comprometidos dos cerca de cem estudantes da Belas Artes que compuseram a equipe do LabHab. Na foto em uma reunião de HABI (1990).



Dentre os vários trabalhos desenvolvidos no LabHab, a elaboração de cartilhas e cartazes para a realização de debates na comunidade foi um dos mais relevantes. Educação popular, mobilização, solidariedade e mutirão eram conceitos muito valorizados pelas CEBs que apoiavam o trabalho (1982).

Entendia que o Lab-Hab só daria certo se nós participássemos, contribuindo com a nossa especificidade técnica, de um processo social e político mais amplo, de modo a tornar o trabalho um instrumento para o crescimento de formas alternativas de poder. Com essa concepção, estivemos presente, durante quatro anos, no dia a dia de vários movimentos de conquista de moradia, desempenhando uma gama variada de papéis: arquiteto, político, professor e pesquisador.

Assessorava tecnicamente os movimentos de moradia em aspectos de arquitetura, construção e urbanismo. Formulava propostas de política habitacional, buscando criar canais de comunicação entre os técnicos e os moradores e desenvolvendo instrumentos de educação popular que facilitasse a compreensão dos mecanismos que regem a política habitacional do Brasil. Este era o momento em que aparecia o arquiteto, o técnico da ação, buscando desenvolver novas práticas de trabalho profissional.

Envolver-se politicamente era inevitável. Em primeiro lugar, no âmbito do próprio movimento, onde cada participante – líderes, apoios, bases, padres, técnicos – tinham um papel a desempenhar que jamais deixava de ser político. Os projetos apresentados como técnicos eram também políticos e os líderes dos movimentos sempre tiveram clareza disto, razão pela qual nunca abriram mão de ter seus próprios profissionais nos processos de debate com o poder público. Viramos os arquitetos da comunidade, que eram levados a tiracolo pelos movimentos para as reuniões nas secretarias,

onde o saber técnico do poder podia ser desmascarado por um discurso competente.

Sem dúvida, o fato de termos um conhecimento essencial dava-nos um poder, na micropolítica local, bastante grande.

Tínhamos que traduzir as linguagens cifradas das propostas de poder público e analisá-las. Só o fato de sermos ‘doutores’ dava-nos um poder de influência significativo, o que podia levar a desvios perigosos, com os técnicos tomando o lugar das lideranças populares.

O trabalho no LabHab não era só assessoria e política. Nunca deixamos que ele perdesse um objetivo central: ser uma atividade da universidade, de formação e de produção de conhecimento, encarando nossa função de pesquisador e professor. Pesquisador, antes de tudo, pelo caráter experimental que, sob todas as perspectivas, ele sempre teve.

Do LabHab saíram propostas de desenvolvimento tecnológico, como os painéis pré-fabricados de alvenaria armada que Juan Villá levou para a Unicamp, logo que as condições institucionais se tornaram inviáveis na Belas Artes, e a idéia de criação de um canteiro de obras, que apenas começou a funcionar mas que ficou como uma proposta que posteriormente foi desenvolvida em outras escolas de arquitetura, como na própria FAU. E também um projeto de pesquisa, que eu coordenei, que visava analisar as novas experiências alternativas baseadas na participação do movi-

mento social, que acabou sendo a base do meu mesurado, cujo tema foi alterado em 1985, sob protesto do meu orientador, e que será tratada no próximo item.

Mas o laboratório era também um lugar de formação, pois sempre atuamos em conjunto com os estudantes, buscando desenvolver uma nova prática de ensino. Assim, em cada momento do trabalho, buscamos extrair pretextos para, através da reflexão conjunta, seminários, debate e leitura de textos, desenvolver ideias, novos métodos ou processos relevantes na formação do estudante de arquitetura. A própria prática direta no canteiro, assessorando os moradores no processo de construção, já se constituía em um excepcional trabalho de formação.

Embora o LabHab tivesse uma gama variada de preocupações, como vimos, ele foi se tornando uma referência para o movimento de moradia, que crescia neste período e, cada vez com mais intensidade demandava assessoria técnica. Logo não conseguíamos mais atender todas as demandas e solicitações que apareciam, pois durante bastante tempo o LabHab era o único órgão de assessoria técnica da área de arquitetura e construção, estruturado e permanente, que existia em São Paulo. Então foi ficando claro o quanto este trabalho era necessário e importante para o avanço das novas propostas políticas dos movimentos populares, que apontavam no sentido de superar o caráter meramente reivindicatório, ganhando a perspectiva de formulação de propostas alternativas, entre elas, a autogestão de projetos habitacionais. A partir daí esta perspectiva

nunca mais deixou de estar presente nos movimentos de moradia e eu nunca mais abandonei este tema, embora a partir de outras inserções acadêmicas, profissionais e políticas.

### O FECHAMENTO DO LABHAB E SUA REPERCUSSÃO NO ENSINO DE ARQUITETURA E NAS ENTIDADES PROFISSIONAIS

O Laboratório de Habitação funcionou ininterruptamente de 1º de maio de 1982 a 24 de março de 1986, quando a direção da Faculdade de Belas Artes trançou a sala onde ele funcionava com um cadeado. Os professores foram licenciados compulsoriamente, culminando um processo de conflito trabalhista. Demonstrou-se, uma vez mais, que o ensino privado não consegue conviver com práticas democráticas de decisão e experiências inovadoras. Uma vez mais, porque várias outras experiências interessantes de ensino de arquitetura, como o trabalho de São José dos Campos e Santos, no início dos anos 1970, tiveram o mesmo fim.

Enquanto durou, foi muito importante para alunos, professores e movimento social. A repercussão do trabalho do LabHab no ensino de arquitetura foi significativa. Foram criados vários órgãos congêneres em outras universidades, como a Habifaus, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Santos; o Laboratório do Habitat, na Faculdade de



O período em que o LabHab funcionou (1982-6) foi marcado por uma grande crise econômica, inflação alta, desemprego e despejo mas, ao mesmo tempo, um momento de grandes mobilizações políticas pela redemocratização e expectativas de mudanças no rumo do país. Nessa página e na anterior, a luta pelas eleições diretas para presidente (1983-4), mobilização pela urbanização das favelas e vigília pelo reestabelecimento do presidente



Campinas e o Laboratório de Habitação do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. O tema dos escritórios-piloto ganhou peso nos debates das entidades estudantis a partir de daí, com presença constante nos encontros regionais e nacionais de estudantes de arquitetura (EREA e ENEA) que são promovidos anualmente. Há quase trinta anos frequento esse tipo de evento para debater desse assunto, discutindo desafios e limitações.

Nessa aventura que compartilhamos nos bairros populares, pudemos realizar, com os estudantes que se entregaram ao trabalho, um processo de formação em arquitetura e urbanismo que julgo verdadeiramente revolucionário frente à situação do ensino de arquitetura no Brasil dos anos 1980: conhecemos e trabalhamos com os movimentos sociais; formulamos alternativas de projetos e sistemas construtivos (que geralmente apresentaram problemas, mas que foram experimentos importantes para aprender e buscar alternativas); aferimos custos e orçamentos; pensamos tecnologias adequadas; conhecemos a vida, angústias, privações e emoções de moradores no seu dia a dia, com facetas que jamais seriam resgatáveis em pesquisas acadêmicas com metodologias tradicionais. Participamos de duros embates com o poder público, o que foi um grande aprendizado para todos os que participaram, sobretudo para mim.

A experiência também teve repercussão no âmbito das entidades profissionais. Em 1986, como tratei na

sequência, fui eleito presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP), como representante de uma nova perspectiva de atuação profissional, em grande parte tecida pelo papel que desempenhei no LabHab. Nesta gestão do SASP (1986-1989), foi criada uma Comissão de Assessoria aos Movimentos de Moradia, que visava debater e estimular a assessoria técnica como uma prática profissional. Posso afirmar que foi a repercussão da pesquisa sobre a periferia e do trabalho do LabHab que me levou a ser, duas vezes, um jovem candidato pela chapa de oposição a presidente do SASP (1983 e 1986). Esta escolha estava relacionada ao desejo deste setor da categoria de construir alternativas de atuação profissional.

O Laboratório foi uma paixão, e como toda paixão deixou vários filhotes espalhados por aí: os quase cem estudantes que passaram por ele. Os que se jogaram de corpo e alma nesta aventura – superando com garra um tranco de trabalho que exigia muito em dedicação, sacrifícios e versatilidade – saíram da faculdade com uma frustração e um desafio: onde trabalhar profissionalmente fazendo o que aprenderam? A resposta veio alguns anos depois, em 1989, na administração Luiza Erundina.

Com a criação do Programa de Mutirão e Autogestão, ocorreu uma forte expansão de Associações Comunitárias de Construção e do número de unidades habitacionais construídas sob esta perspectiva. Poucos profissionais estavam preparados para assessorar tecnicamente os movimentos de moradia a promove-

ram a construção de habitação social com qualidade. A demanda foi tal que, em 1992, 24 entidades de assessoria técnica ao mutirão, reunindo dezenas de arquitetos e outros profissionais, estavam cadastradas para prestar esse tipo de trabalho. Os estudantes que passaram pelo LabHab estavam entre os mais experientes e preparados. Como era nossa intenção quando da criação do LAB-HAB, a assessoria técnica ao mutirão autogerido tornou-se, naquele momento, uma alternativa profissional.

Nasceu desse grupo, logo alimentado por vários outros em diferentes estados do país, um movimento de jovens profissionais que lutaram para que se criassem condições para que a assistência técnica gratuita à habitação popular pudesse se transformar em uma obrigação do Estado e uma alternativa profissional para os arquitetos. Estamos falando aqui dos primórdios do movimento que foi encabeçada pela Federação Nacional dos Arquitetos e que, em 2008, conseguiu aprovar a Lei 11.888, que tornou obrigatória a assistência técnica gratuita a habitação da população de baixa renda.

## O PAPEL DO LABHAB NA MINHA TRAJETÓRIA

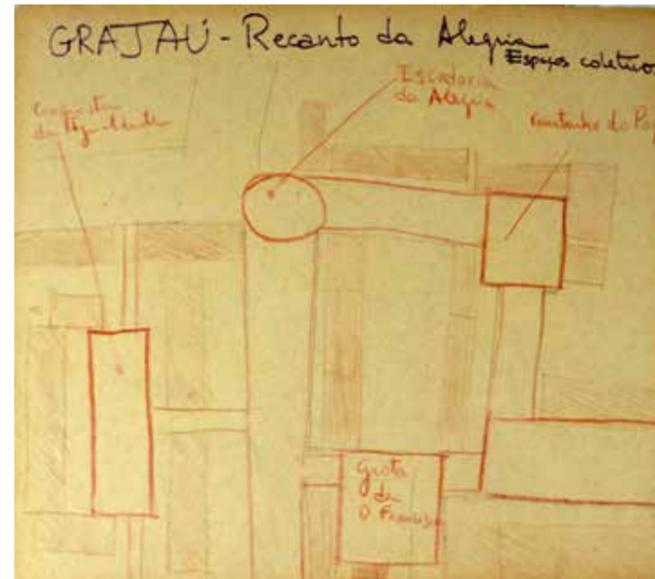
O trabalho realizado no LabHab teve grande repercussão em várias frentes da minha trajetória acadêmica, profissional e política.

Além da dissertação de mestrado, que será tratada no próximo item, foram inúmeros os trabalhos publicados, conferências, entrevistas, debates e exposições decorrentes dessa experiência. Os primeiros trabalhos que apresentei no Exterior, no Uruguai e Argentina em 1984, na Colômbia, em 1986 no Equador e na Alemanha em 1988, foram relacionados com essa experiência, em um momento que na América Latina se processava um intenso debate sobre os trabalhos de assessoria técnica junto a movimentos de moradia, em muitos casos articulados com a luta contra as ditaduras militares.

No país, estes trabalhos foram apresentados em vários encontros científicos e seminários, assim como inúmeras conferências, sobretudo em escolas de arquitetura. Além disto, não foram poucos os debates e exposições em movimentos e associações de moradores, a maior parte dos quais não está registrada neste Memorial.



O trabalho do LabHab permitia aos professores e alunos do curso de arquitetura da Belas Artes participar integralmente do enfrentamento de um problema de habitação, desde o diagnóstico da área, discussão com a comunidade, elaboração do projeto e participação na construção das casas. Acima, mutirão na favela Recanto da Alegria.



Espaços coletivos propostos na urbanização da Favela Recanto da Alegria

## CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DE UTOPIA: A EXPERIÊNCIA DO LABHAB VIROU MESTRADO (1986-7)

*Resgatando a experiência do LabHab, pretendo refletir sobre a trajetória de uma luta que teve e tem muitas facetas (...). A análise que realizei sobre o movimento de moradia não é uma análise acadêmica, distanciada, nascida de uma ‘observação científica’. Ao contrário: o texto que apresento nos capítulos seguintes é resultado de uma ‘observação militante’, de quem participou ativamente das experiências analisadas como um dos seus agentes.*

*(...) não considero a reflexão realizada uma revisão de águas passadas; como toda reflexão realizada no âmbito do LabHab e cada vez mais em todos os âmbitos de minha atividade profissional, política e acadêmica, é uma reflexão para a ação.*

*E, espero, a principal utilidade dessa dissertação é vir a ser um instrumento de reflexão para a ação dos próprios movimentos de moradia, assessoria técnica e poder público na formulação de uma nova política habitacional e na construção de novas utopias.*

### Nabil Bonduki

Apresentação de *Construindo Territórios de Utopia: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais* (Dissertação de Mestrado apresentada à FAUUSP, 1987)

Entendo que a experiência do LabHab foi decisiva para minha trajetória. Foi ali que começou a se configurar este entrelaçamento entre pesquisa, formação, atuação profissional e militância política.

Como desdobramento da experiência do LabHab resolvi, logo que o LabHab foi fechado, no início de 1986, mudar o tema do meu mestrado, sem abandonar o tema, objeto e a pesquisa que estava sendo feita desde 1980 (naquela época os mestrados eram longos..). Propus para meu orientador, Gabriel Bolaffi, deixar a pesquisa sobre a evolução das soluções habitacionais no período 1930/1964, que vinha fazendo desde 1980, para o doutorado (já tinha três capítulos prontos!) e finalizar o mestrado com uma sistematização da minha experiência no laboratório e com uma reflexão teórica sobre a autogestão como processo alternativo de promoção da habitação financiada pelo poder público.

Entendo as razões que levaram Bolaffi a se opor a essa mudança e a ficar magoado com a maneira como polemizei com ele no próprio texto da dissertação e na sessão de defesa. Ele foi, como já afirmei, muito importante na minha formação, desde quando me convidou para ingressar em seu grupo de estudos, logo no primeiro ano da FAU. Quando propus a mudança, ele era assessor da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab), envolvida em grande empreendimentos habitacionais, e defendia uma produção centralizada de habitação, típica do período do BNH, exatamente o contrário do que eu estava propondo ao defender a autogestão e o mutirão. Em

1986, este conflito não era casual, representava a contraposição de dois projetos políticos para o país, que nos colocava em campos opostos. Ainda assim, em função da nossa antiga relação, ele acabou aceitando minha decisão, ressaltando que era contra.

O prazo final da dissertação era janeiro de 1987. A decisão de fazer da reflexão sobre o LabHab o tema da dissertação de mestrado tinha claramente um objetivo político: por um lado, registrar a experiência e evitar que se perdesse; por outro, repercutir e divulgar o mais amplamente possível, a ideia da autogestão em projetos habitacionais. Com razão, eu achava a oportunidade para difundir essa ideia era aquela. O movimento de moradia estava mais organizado do que nunca. Nos final de 1986, promoveu uma grande onda de ocupações de terra, quando mais de vinte mil famílias ocuparam áreas vazias na zona leste; com a extinção do BNH, em 1986, uma nova Política Nacional de Habitação teria que ser formulada. O processo constituinte, que acabava de ser instaurado, colocaria na ordem do dia a participação popular. Entendi que era o momento de lançar ideias inovadoras para a reorganização do sistema de produção de habitação no país e que sistematizar a experiência do LabHab e refletir sobre ela seria uma grande oportunidade para isso.

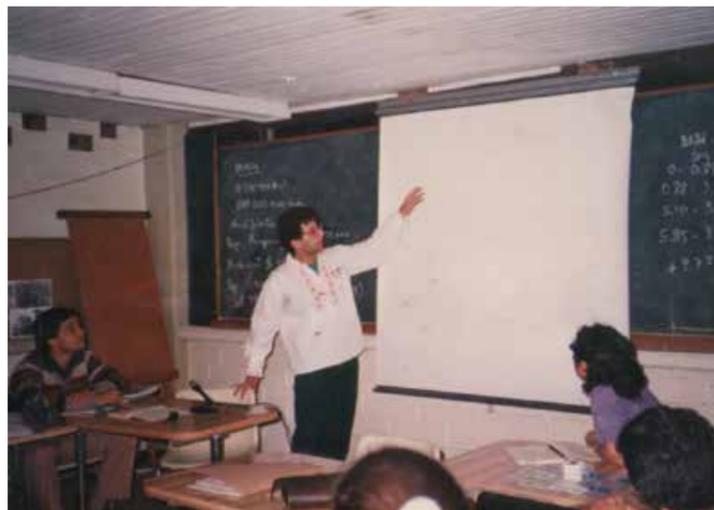
A dissertação foi escrita quando eu já era professor na Escola de Engenharia de São Carlos, onde ingressei logo que o LabHab foi fechado. No entanto, ela ainda não refletiu a fase são-carlense da minha trajetória acadêmica, que passou a dar mais importância para os

aspectos arquitetônicos, constituindo-se mais em um fechamento do período da Belas Artes.

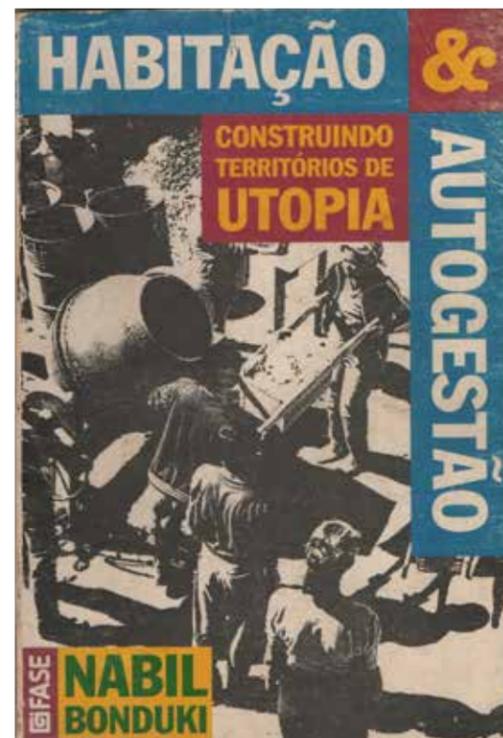
O trabalho apresentado tem duas partes bem delimitadas. Na primeira, se situa o quadro urbano e habitacional do início dos anos 1980 em São Paulo, para contextualizar as duas experiências concretas de projetos alternativos realizadas com assessoria do LabHab, casos que foram analisados em profundidade, como as etnografias de movimentos que Carlos Nelson havia feito em seu livro já citado. Na segunda parte, é realizada uma análise conceitual sobre os processos informais de produção da habitação popular (autoconstrução, mutirão e autogestão), buscando mostrar que a proposta de autogestão em projetos habitacionais, embora incorporasse uma prática fortemente consolidada entre os setores populares (o autoempreendimento da casa própria), não se confundia com ela, pois propunha uma organização coletiva de trabalho e gestão, com ganhos de produtividade e qualidade, inclusive por viabilizar uma assessoria técnica.

Sem dúvida, o trabalho era uma dissertação militante, reforçada pela maneira como o debate se deu na banca examinadora, e no clima político de embates entre projetos políticos, que opunha mercado a organização popular e visões diferentes de mundo, como ressaltou a professora Marilena Chauí na apresentação do livro que resultou da dissertação de mestrado:

*Naquela tarde, como membro da banca de defesa de tese, pude avaliar o quanto era revolucionária a*



**Apresentação da experiência do Laboratório de Habitação em Medellín (1986), em um curso que reuniu profissionais de todos os países latinoamericanos.**



*proposta de Nabil Bonduki – que ele designava como Utopia. Porque essa avaliação era possível? Pelo menos por três razões. Em primeiro lugar, pela própria resistência universitária de alguns membros da banca examinadora, que julgaram o projeto ineficaz, anacrônico do ponto de vista tecnológico e com baixa produtividade. Em segundo lugar, porque a tese questionava uma poderosa instituição socioeconômica, qual seja, o mercado da construção civil, os escritórios de arquitetura e engenharia e as empreiteiras, e uma instituição política, qual seja, a relação entre o poder público e o mercado da construção civil. Em terceiro lugar, porque Nabil desvendava a ideologia da incompetência como ideologia, isto é, como dissimilação e ocultamento de relações sociais de exploração e de relações políticas de dominação.*

#### **Marilena Chauí**

Embora militante, a dissertação não era desprovida de uma reflexão teórica nem de um debate acadêmico. Uma das polêmicas conceituais que a dissertação levanta é o questionamento da tese que Chico de Oliveira desenvolve em A Crítica à Razão Dualista sobre a existência de uma “superexploração do trabalho” no processo de autoconstrução.

A dissertação argumenta que quando o trabalhador promove a construção de sua própria casa, ainda mais sendo em regime de mutirão autogerido, ele estaria se apropriando integralmente do produto do seu trabalho, superando a alienação típica do capitalismo.

Quanto mais alta fosse a produtividade deste trabalho, mais o morador ganharia, daí a importância dos processos autogestionários, da introdução de avanços tecnológicos e da presença da assessoria técnica na produção habitacional autogerida.

Ao defender a autogestão na produção da habitação social, a dissertação buscava mostrar que para além da possibilidade de se alcançar um melhor resultado do ponto de vista do custo e da qualidade da moradia (o que seria apenas uma perspectiva de eficiência), estaria se criando condições para fortalecer uma nova forma de gestão da cidade, onde a participação dos cidadãos ganharia maior protagonismo.

A autogestão na produção da moradia prepararia o terreno para uma gestão participativa do bairro, dos equipamentos sociais e dos espaços coletivos, que seriam resultantes desse processo. Esses territórios (de utopia?), geridos pelos próprios moradores, seriam locais que antecipariam formas mais avançadas de organização da cidade e da sociedade, surgindo como uma alternativa às duas formas que então disputavam politicamente a hegemonia, a capitalista e a estatal, própria do chamado socialismo real.

É difícil avaliar o quanto a experiência do LabHab e a dissertação *Construindo Territórios de Utopia* contribuiu para a difusão do mutirão e da autogestão na produção da habitação. O certo é que, quando ela foi publicada, quatro anos após sua conturbada e conflituosa defesa em julho de 1987 (quando travei uma lon-

ga e polêmica discussão com meu próprio orientador, que me arguiu por cerca de 50 minutos), a autogestão tinha se tornado um ponto central da reivindicação dos movimentos de moradia e o principal programa habitacional da maior cidade do país. A apresentação da publicação da dissertação em livro, que ocorreu apenas em 1992, com o título *Habitação e Autogestão: construindo territórios de utopia*, mostra um pouco desse processo:

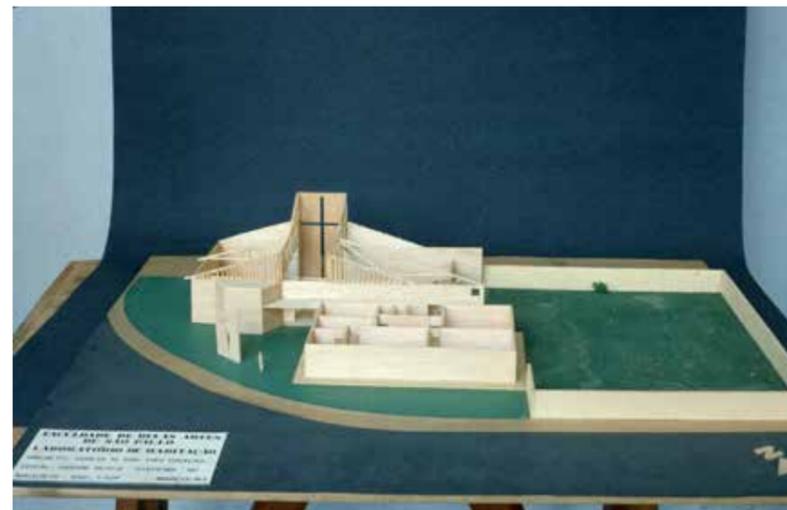
*Não imaginava, em 1986, quando escrevi ‘Construindo Territórios de Utopia - a luta pela gestão popular em projetos habitacionais’ que, em apenas quatro anos, o que parecia ser uma utopia – a autogestão em projetos habitacionais – se transformaria numa realidade de dez mil casas em construção nesta perspectiva.*

*No entanto, não era outro o objetivo deste trabalho: contribuir, através de uma análise de experiências concretas de lutas pela implantação da autogestão na produção de habitação, para convencer os céticos e animar os apaixonados pela autogestão de que esta era uma alternativa viável para enfrentar o problema de moradia no país.*

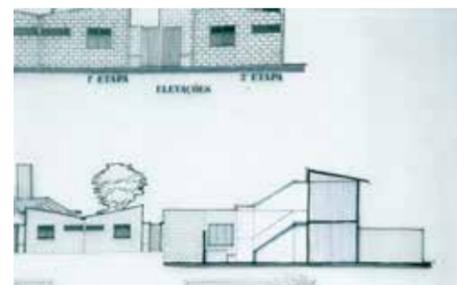
*O sucesso do Programa Funaps Comunitário, (...) mostrou que estávamos certos quando acreditávamos na potencialidade dos mutirões autogeridos. Hoje já são oitenta e quatro associações comunitárias de construção por mutirão que promovem a edificação de milhares de casas, de excelente qualidade, num extraordinário processo produtivo autogerido.*

*Mas não foi fácil chegar ate aqui. Foram vários anos de lutas e dificuldades, de experiências, de incompreensão, de avanços e recuos, de formulação de propostas, de acertos e erros; anos de construção e alimentação de uma utopia, que parecia distante e incerta. Este trabalho, Construindo Territórios de Utopia é, em si, parte deste processo de luta, escrito para ser apresentado como uma dissertação de mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em um momento em que parecia longe a possibilidade da autogestão se tornar um programa habitacional público.*

*Polemizando com vários segmentos da sociedade que não acreditavam ou não entendiam a proposta, ele levantou, a partir de experiências concretas, aspectos essenciais que contribuíram para formular as bases do Programa Funaps Comunitário.*



Maquete da Igreja São Francisco e da sua praça, em Ermelindo Matarazzo



Projeto das unidades do Conjunto do Grajaú

### DO LABHAB PARA O SINDICATO DOS ARQUITETOS (1986-1988)

O Brasil estava efervescente nos anos 1980. A crise econômica e política do regime militar estava na ordem do dia e, ao mesmo tempo em que o grande desemprego e a inflação descontrolada geravam incertezas, cresciam a mobilização pela democratização e esperança de que transformações estruturais e profundas podiam acontecer no país. Vivi este momento acreditando que tínhamos um papel a desempenhar, que podíamos ser atores das mudanças que esperávamos para o país.

Ao mesmo tempo em que meu envolvimento com o LabHab era intenso e estava alinhado com a perspectiva de construir alternativas de política públicas, participava da oposição que atuava no Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP). Em 1981, fui delegado do sindicato no histórico 1º Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras (Enclat), que deliberou pela criação de uma comissão pró Central Única dos Trabalhadores.

Em 1983, surpreendentemente, a oposição decidiu me indicar para liderar a chapa como candidato a presidente do SASP. Embora eu tivesse apenas 28 anos, a intenção era renovar na forma e no conteúdo. Não fomos eleitos por pouco, mas se abriu uma perspectiva para o futuro e, em 1986, a chapa de oposição foi eleita com maioria absoluta dos votos. Na pauta a perspectiva de ampliar os horizontes de atuação profissional e a inter-

venção da categoria no debate sobre a questão urbana.

Neste momento, já havia deixado a Belas Artes e era professor do recém criado Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, etapa que será tratada no item 3 desse Memorial.

A presidência do SASP, além de significar uma importante experiência de gestão administrativa, financeira e política de uma entidade que, na época, tinha mais de cinco mil sócios, dos quais metade pagantes, permitiu-me levar para o nível profissional a questão do trabalho técnico na assessoria à habitação popular.

Em um grupo de trabalho, muitos arquitetos que, como estudantes, haviam participado do Laboratório de Habitação se reuniram para formular estratégias para transformar a assistência técnica como uma alternativa de trabalho profissional. O processo gerou os primeiros resultados em 1989, quando muitos destes jovens profissionais puderam atuar na assessoria técnica aos mutirões autogeridos propostos na administração de Luiza Erundina em São Paulo. A longo prazo, como já foi dito, ele se desdobrou em uma campanha conduzida pela FNA visando a aprovação de uma lei nacional de assistência técnica gratuita para habitação social.

Mas, nesses tempos de utopia, ousadia não faltava. Em 1987, primeiro ano da minha gestão no SASP, recebi a visita do arquiteto Francisco Withaker, ligado a Igreja Católica e que posteriormente foi vereador em São

Paulo (1989-96) e um dos articuladores do Fórum Social Mundial (2000). Ele liderava o Plenário Pro-Participação Popular na Constituinte que propôs e conseguiu aprovar no regimento interno do Congresso Constituinte a possibilidade de apresentação de emendas de iniciativa popular, subscritas por 0,1% dos eleitores do país. Queria que o sindicato se integrasse a esse processo.

Imediatamente, iniciamos uma articulação com outras entidades para formular uma emenda de iniciativa popular pela Reforma Urbana, retomando uma luta cujo ponto alto foi o Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado em 1963 e que foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964. A apresentação dessa emenda deflagrou a formação do Movimento (hoje Fórum) Nacional pela Reforma Urbana, reunindo inúmeras entidades e movimentos de diferentes origens e perspectivas políticas que, até então, atuavam de forma independente.

Com base nessa articulação, foi formulada uma plataforma unitária para garantir que fosse incluída na Constituição a função social da propriedade urbana e instrumentos de democratização da gestão urbana. Malgrado as dificuldades políticas e deficiências conceituais, a Emenda de Iniciativa Popular da Reforma Urbana recebeu a adesão de 130 mil eleitores e foi protocolada no Congresso Constituinte, num momento histórico para a construção da democracia participativa no Brasil.

Embora essa emenda tenha sofrido dura oposição por parte dos parlamentares conservadores, a mobilização popular e a abertura deste canal de democracia direta possibilitaram um avanço significativo, introduzindo na Constituição, pela primeira vez, uma seção sobre Política Urbana (artigos 182 e 183) e conceitos avançados como a função social da propriedade.

A regulamentação desses artigos, que levou treze anos e se efetivou na lei do Estatuto da Cidade, gerou uma nova etapa no planejamento urbano, que teve grande impacto em toda a minha atuação profissional e acadêmica a partir de 2001, quando participei intensamente do processo de elaboração de planos diretores orientados por esse novo marco regulatório, que disciplina o ordenamento territorial no Brasil.



Vista do mutirão autogerido São Francisco VIII, em São Mateus (1993), cujo projeto, elaborado pela Cooperativa de Arquitetos do Rio de Janeiro, foi o vencedor do Concurso Nacional de Anteprojetos de Habitação, promovido em 1990, pela prefeitura de São Paulo, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de novas tipologias de projetos habitacionais.

## INTERMEZZO 1

### HABITAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO ERUNDINA [1989-1992]



Conjunto Rio das Pedras, na Vila Mara, Zona Leste. As diretrizes de projeto de Habi estimulavam a valorização do espaço público.



Visita com a prefeita Erundina no Casarão Celso Garcia, no Brás, o primeiro projeto de habitação social desenvolvido em áreas centrais no período pós-BNH.

### UMA EXPERIÊNCIA MARCANTE: HABITAÇÃO SOCIAL NO GOVERNO ERUNDINA (1989-1992)

*Quem de nós, naquela tarde, no casarão de Higienópolis, durante a defesa da dissertação de Nabil, poderia imaginar que, três anos depois, estaríamos reunidos noutra lugar para transformar em política governamental uma utopia universitária? Mas foi o que aconteceu. Do Laboratório de Habitação passamos à Superintendência de Habitação Popular, da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo. Essa passagem, contudo, não é surpreendente (surpreendente foi o surgimento de condições imediatas para que ela acontecesse). De fato, o Laboratório de Habitação trazia em seu cerne a intervenção direta sobre a vida social pelo trabalho que realizava com os movimentos populares de moradia, numa atitude inédita nos meios universitários, pouco afeitos às necessidades e desejos da cidade.*

#### Marilena Chauí

Apresentação do livro *Habitação e Autogestão: construindo territórios de utopia*

Quando aceitei, no final de 1988, o convite de Ermínia Maricato e Luiza Erundina para ocupar o cargo de Superintendente de Habitação Popular da Prefeitura de São Paulo (HABI), tinha clareza do que tínhamos que fazer: colocar em prática uma série de propostas que estávamos discutindo em diferentes âmbitos – no sin-

dicato, na universidade, nos movimentos sociais, nos grupos de políticas públicas do partido – para mostrar que outra política habitacional era possível.

Nossa análise era clara. Não tínhamos condição de intervir de forma massiva para enfrentar o problema habitacional de São Paulo apenas com recursos municipais, mas podíamos mostrar um jeito diferente de fazer e isto era muito importante. Com a extinção do BNH, colocava-se a necessidade de construção de um paradigma alternativo que lançasse as bases para a formulação de uma nova política habitacional.

Na divisão de trabalho proposta no interior da área de habitação, caberia à HABI pensar os programas alternativos e estabelecer a interlocução com o movimento de moradia; para dar conta de recado, eu tive que reestruturar o órgão e montar uma equipe movida pela militância e capaz de enfrentar este desafio respondendo, ao mesmo tempo, à enorme demanda por moradia existente na cidade e à necessidade de criar uma referência – materializada em programas e intervenções concretas – que se contrapusesse aos equívocos anteriores.

Não foi fácil encarar esse desafio. Como pode se ver neste trecho de um artigo que escrevi em 1990, mostrando cansaço e dificuldades, que somente puderam ser superados pela clareza de que a oportunidade era única e que tínhamos que agregar forças para enfrentar os entraves e dar conta de uma tarefa ao mesmo tempo profissional e militante:

Confesso que neste ano e nove meses em que estou à frente da Superintendência de Habitação Popular (HABI) e do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (Funaps) tive, muitas vezes, vontade de desistir e voltar a ser um observador crítico dos erros que vem sendo cometidos na política habitacional no Brasil. Posição cômoda, ares acadêmicos, distanciamento crítico, tempo de sobra para investigar, escrever, criticar. Ou mesmo para propor alternativas que, no máximo, seriam testadas como experiências-piloto, restritas, pequenas e limitadas com cabe à universidade e à oposição, na perspectiva de indicar caminhos. A enorme pressão do movimento de moradia, o mais organizado de São Paulo, cobrando respostas rápidas de uma administração que ajudou a eleger (...) e uma estrutura administrativa e técnica subdimensionada e despreparada (...) pareciam impossibilitar a superação de tantos obstáculos e dificuldades. Entretanto, se a impotência e os entraves pareciam insuperáveis e desanimadores, o sonho e a utopia de toda uma geração que trabalha, milita e reflete sobre a questão da habitação não deixavam renunciar a uma forte determinação que nos estimulava: garantir que a conjuntura política criada com a eleição do PT em São Paulo viabilizasse uma concepção alternativa de política habitacional. A prefeitura de São Paulo, que administra a maior cidade e o terceiro orçamento do país, tem condições de formular e implementar propostas que há muito a sociedade brasileira vem exigindo e o PT defendendo. (...) o fim do BNH, a falência do Sistema Financeiro da

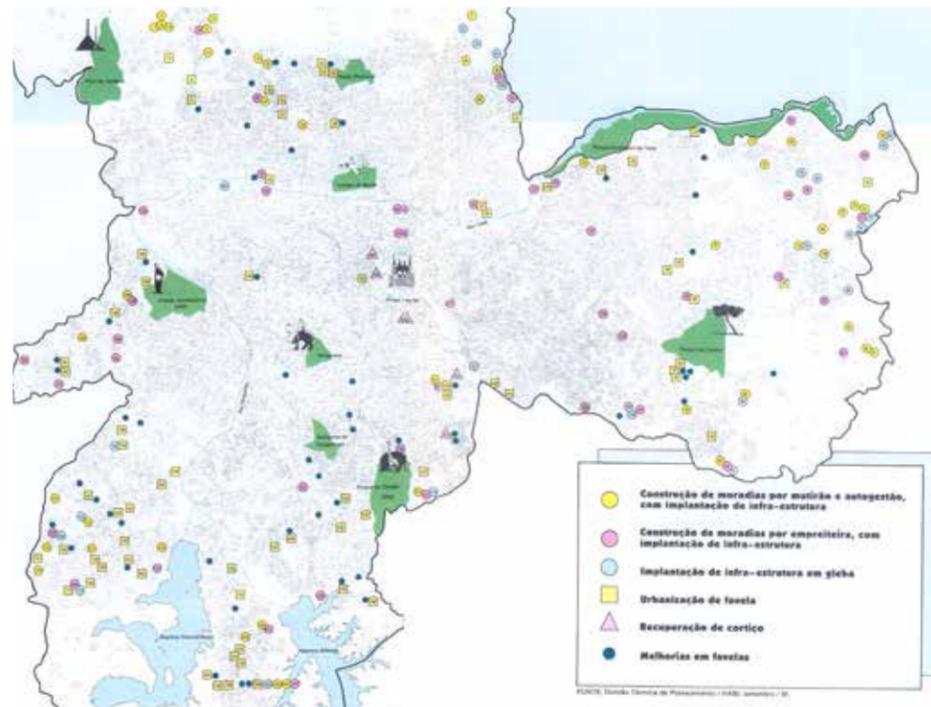
Habitação e a ausência de novas iniciativas criaram um vácuo propício ao surgimento de experiências institucionais a nível municipal com a utilização de soluções já concebidas, mas ainda não testadas que teriam forte impacto nacional.

#### Nabil Bonduki

O empenho em viabilizar uma política habitacional  
Revista Projeto, out de 1990.

De fato, a situação era muito particular e a conjuntura política e as características de São Paulo foram decisivas para viabilizar os objetivos que tinha em HABI. O maior município do país, onde se concentrava um imenso déficit de moradia, contava com um fundo habitacional – FUNAPS – que pode ser convertido para financiar, com recursos próprios, um programa realizado de forma autônoma, sem depender dos outros níveis de governos e de instituições financeiras que amarrassem propostas inovadoras. A cidade concentrava o movimento de moradia mais mobilizado do país, e estava sendo administrada por uma prefeita, Luiza Erundina, que cresceu politicamente no apoio às lutas por terra e habitação. Sem ter compromissos com outros interesses tradicionalmente envolvidos com a questão, como empreiteiras, proprietários de terra, incorporadores e burocracia estatal, a administração municipal tinha condições de inovar e transformar utopias em realidades.

Neste quadro, pude planejar uma intervenção habitacional numa escala sem precedentes em programas



Mapa com os cerca de 250 projetos habitacionais de HABI desenvolvidos no período de 1989-1992. Os empreendimentos estavam espalhados em toda a cidade e buscaram ocupar vazios urbanos e áreas bem localizadas para fazer da produção de moradia um instrumento de política urbana.

Na página ao lado, cenas do cotidiano de HABI: no alto, mobilização dos movimentos em defesa da autogestão; no centro, pilhas de documentos para assinar que se acumulavam no final do dia; abaixo, inauguração de um conjunto.



municipais: em quatro anos foram desenvolvidos cerca de 250 empreendimentos, envolvendo quase 70 mil famílias. O município desapropriou ou disponibilizou cerca de 4 milhões de m<sup>2</sup> em terrenos e glebas em todas as regiões da cidade, além realizar projetos de urbanização em 71 favelas. Não se tratou, portanto, de uma experiência piloto, mas de um programa de grande envergadura que objetivava gerar um efeito-demonstração de que outra política habitacional era possível, com destaque, para a qualidade urbanística e arquitetônica dos projetos.

A busca por compatibilizar uma boa arquitetura e adequada inserção urbana com custos compatíveis com a habitação social revelou caminhos que criaram referências projetuais inovadoras na produção da arquitetura da habitação. Isto foi possível graças a novas formas de gestão, como o mutirão autogerido e ao rigor no controle dos custos de produção, valorizando a etapa de projeto. Uma ampla gama de profissionais foi mobilizada, combinando arquitetos experientes com uma nova geração – organizada em entidades de assessoria técnica – formada num contato mais estreito com os movimentos de moradia e sob uma perspectiva de projeto participativo. Muitos dos antigos estudantes do Laboratório de Habitação montaram ONGs de assessoria técnica, outros se integraram na equipe de HABI.

Para estimular o surgimento de tipologias e propostas inovadoras, libertas dos estreitos limites impostos pelas posturas tradicionais, foi realizado em 1989 o Con-

curso Nacional de Anteprojetos de Habitação que selecionou profissionais que foram contratados para desenvolver projetos em situações concretas.

Adotou-se uma política agressiva de desapropriação de vazios urbanos situados em áreas dotadas de infraestrutura, introduzindo uma nova lógica de inserção urbana que rompeu a tradicional localização periférica de grandes conjuntos, característica do BNH. A opção foi implementar empreendimentos de diferentes dimensões, projetados com a participação dos futuros moradores, previamente definidos em fóruns regionais de habitação.

Os projetos se articulavam com a política urbana municipal, que propunha o combate à ociosidade de terrenos e glebas. Com isto, se garantia uma redução do custo da infraestrutura, a aproximação entre a moradia e o local de trabalho, um melhor aproveitamento das redes de serviços, equipamentos urbanos e linhas de transporte coletivo e se evitava o surgimento de bairros dormitórios.

Dentre os programas inovadores que poderiam ser destacados, além dos mutirões autogeridos, que foi indicado pelo Brasil como uma prática nacional bem sucedida para ser apresentada no Habitat 2, realizado em 1996 em Istambul, estão o programa de produção de habitação social no centro, lançado em 1990 e que antecipou uma reivindicação que tomou a agenda da cidade a partir da segunda metade dos anos 1990, a assistência jurídica gratuita em habitação, o programa

de urbanização e regularização de favelas e a produção de moradia em vazios urbanos bem localizados em relação ao sistema de transporte coletivo.

Em suma, muito do que vinha sendo debatido na universidade, muitas daquelas utopias, pudera ser colocado em prática, sobretudo porque a vitória de Erundina foi uma das maiores zebras eleitorais que já ocorreu em São Paulo. Neste governo, fato praticamente inédito, tinha-se uma situação onde o único compromisso era com o programa que o elegera.

Assim, HABI pode ser tornar um verdadeiro laboratório de experiências de alternativas para enfrentar a questão de uma maneira inovadora. Tanto do ponto de vista da diversidade de programas e da dimensão, como da qualidade de projeto, a intervenção foi marcante, apontando para a inserção da habitação como um elemento fundamental para a produção da cidade e implementação de novas formas de gestão.

O assunto já foi objeto de muitas dissertações, teses, artigos, discussões e não é o caso de retomar aqui em detalhes os avanços, os limites e os problemas desta experiência, mas apenas refletir sobre o impacto que ela teve nesta minha trajetória, cada vez mais entrelaçada.

Dos tempos de HABI, duas iniciativas merecem ser citadas como exemplo da relação entre o pensamento acadêmico e a prática de políticas públicas. A primeira começou a ser desenvolvida alguns meses antes das eleições: solicitei a Diretoria de Planejamento que ela-

borasse, com o apoio de instituições universitárias, um processo de avaliação do que estava sendo feito na Superintendência, com o objetivo de reunir elementos que possibilitassem uma revisão do programa que estava em curso, em uma possível nova administração.

Depois da enorme abertura e experimentação que vinha sendo feito, era necessário pesquisar e avaliar, se forma independente o trabalho realizado para corrigir os rumos e dar continuidade com mais segurança ao processo apenas iniciado. Este trabalho foi começado, rendeu algumas análises, alguns debates acadêmicos, mas a derrota eleitoral frustrou seus objetivos mais profundos, pois a administração seguinte não tinha interesse em avaliar nada, apenas em desmontar.

A outra iniciativa recorre diretamente da minha experiência pesquisador da história da habitação. Não fossem as agruras por que eu estava passando, na minha pesquisa de doutorado, para conhecer os projetos habitacionais realizados nos anos 1940 e 1950 (que apenas agora, quase vinte anos depois, com o inventário sistematizado no Volume 2 da minha Tese de Livre-Docência Memorial, está suprido), eu não teria tomado a iniciativa, logo após Paulo Maluf ter vencido as eleições de 1992 de solicitar para a equipe a realização de um inventário incluindo todos os empreendimentos que estavam sendo desenvolvidos em HABI.

Graças a esta iniciativa não se perdeu a memória dessa experiência. Assim, é possível conhecer todos os empreendimentos realizados, precioso material de



Mutirantes trabalhando no Conjunto Celeste, Ipiranga.



Inauguração do Conjunto Madre de Deus, Mooca (1995). Nas faixas lê-se: “a luta faz a lei” e “Bem vindos a mais uma conquista da autogestão”.

pesquisa, que dificilmente um administrador que não fosse pesquisador proporia em um momento tão conturbado como foi o final do governo Luiza Erundina.

Para cumprir essa tarefa, elaboramos um roteiro para sistematizar as centenas de projetos que estavam sendo executados, incluindo um histórico, ficha técnica, localização na cidade, dados de área, orçamentos e peças gráficas, com as implantações, projetos completos e outros elementos que permitiam conhecer a intervenção.

Com o apoio de uma empresa de gerenciamento, este Relatório de Gestão organizado por regiões da cidade, acabou somando doze grossos volumes que reúne os empreendimentos realizados pela Superintendência nos quatro anos da administração Erundina. Este registro sistemático, reproduzido em vinte cópias, foi deixado nos principais setores da Secretaria da Habitação e enviado para bibliotecas de instituições universitárias.

### OS DESDOBRAMENTOS DA EXPERIÊNCIA DE HABI

A partir de 1993, é visível a influência desta experiência em minha trajetória acadêmica. Paralelamente a linha de pesquisa sobre história da habitação que, como será mostrado a seguir, foi também impactada por estes quatro anos na prefeitura de São Paulo, estruturei outra linha voltada a estudar aquilo que passei a chamar de “período pós-BNH”, ou seja, um fase da ação

habitacional no Brasil onde municípios e estados tomaram a frente na implementação de projetos habitacionais, introduzindo pressupostos novos em relação ao que vinha se fazendo no regime militar.

O carro chefe desta linha de pesquisa era divulgar e analisar criticamente a própria experiência de HABI, agora do ponto de vista exclusivamente acadêmico, embora não neutro. O primeiro projeto dessa linha de pesquisa foi a organização de uma grande exposição que foi inicialmente montada na Bienal de Arquitetura de São Paulo de 1993, realizada pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC.

A exposição, que teve grande repercussão, foi montada em cerca de vinte cidades brasileiras. Acompanhando a exposição, produzimos uma publicação *Arquitetura e Habitação Social em São Paulo (1989-1992)*, que se esgotou rapidamente dado o enorme interesse que o trabalho gerou. Esse interesse, sobretudo nas escolas de arquitetura, vinculava-se ao fato de que a política tratou os projetos habitacionais como arquitetura inserida no contexto urbano, superando uma visão que se consolidou durante a produção do BNH, segundo a qual “habitação popular seria mera construção”.

Além dos inúmeros artigos que escrevi sobre essa experiência, apresentei seus resultados em conferências em dezenas de cidades do Brasil e do exterior, sem contar as incontáveis palestras e debates realizados na cidade de São Paulo. Orientei algumas dissertações que tomaram alguns empreendimentos como

objeto de estudo e participei de inúmeras bancas de mestrados e doutorados que analisaram aspectos específicos desse trabalho, que se transformou em uma referência nacional.

Em uma perspectiva mais ampla, refletindo sobre o conjunto da produção habitacional e urbana do período pós BNH, organizei dois outros livros que foram resultados desta linha de pesquisa. Em *Habitat: Práticas Bem Sucedidas em Habitação, Meio Ambiente e Gestão Urbana nas Cidades Brasileiras* (1996) foram reunidas experiências de gestão urbana e habitacional selecionadas no Brasil para participar da 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, HABITAT 2, em Istambul, em 1996 (entre os quais estava a Programa de Mutirões Autogeridos promovido por HABI). Em *Habitar São Paulo* (2.000), reuni artigos que escrevi sobre os diferentes programas realizados por HABI. Pelo menos cinco dissertações que orientei na EESC tratam de programas habitacionais desta fase “pós-BNH”.

Foi impossível reunir todas as referências, dissertações e teses, trabalhos acadêmicos, artigos e livros que foram escritos sobre a experiência de HABI entre 1989 e 1992, no país e no exterior. No entanto, posso afirmar que certamente este número soma várias centenas, o que mostra a forte interlocução entre essa experiência e a universidade.



Assembléia de mutirantes no conjunto da Juta em São Mateus. O canteiro de obras de todos os empreendimentos previa a construção de espaços coletivos que permitissem a reuniões de todos os moradores para debater a gestão do empreendimento.



A exposição “Arquitetura e habitação social em São Paulo 1989-1992”, organizada para a II Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo (1993), rodou o país difundindo a ideia de que projetos habitacionais podiam ter uma boa qualidade arquitetônica.

Acima, capa do livro produzido para a exposição





Alunos do curso de arquitetura e urbanismo da EESC-USP, em viagem didática ao Rio de Janeiro, visita o Estádio do Maracanã. (1995).

### 3

## TEMPOS DE SÃO CARLOS: ENSINAR, PESQUISAR E FORMAR [1986 - 2000]



Museu de Arte de Belo Horizonte, em viagem didática (1998).

### NOVOS HORIZONTES: A MIGRAÇÃO PARA SÃO CARLOS [1986]

Depois da intensa experiência do LabHab, onde se construiu este entrelaçamento entre a vida profissional, acadêmica e política, que é um traço peculiar de minha trajetória, ingressar no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos foi essencial. Tornar-se professor da USP de São Carlos garantiu uma intensa vida acadêmica, em um nível ambiente universitário de alto nível. Apesar do grupo de professores ser relativamente pequeno, a intensidade de contatos, a possibilidade de desenvolver projetos coletivos e a forte integração com alunos de graduação e pós-graduação, permitiram uma interlocução intelectual e um processo de formação que não tinha encontrado em nenhum outro ambiente até então.

Confesso que quando fui participar do processo de seleção, em fevereiro de 1986, o fiz meio sem querer, por insistência do pequeno grupo de professores que lá estava e porque era óbvio que o “projeto Belas Artes” não teria mais futuro. Depois de levar quatro horas e meia entre a minha casa e o antigo e precioso prédio que o arquiteto Paulo Camargo construiu com componentes de argamassa armada para o antigo Departamento de Arquitetura e Construção, meu ânimo para encarar esta perspectiva estava lá embaixo. Melhor assim, pois ao invés de me decepcionar, meu entusiasmo somente cresceu ao longo dos muitos anos em que fui docente na escola.

Passar vários anos da minha vida entre São Paulo e São Carlos foi importante para meu desenvolvimento acadêmico. O relativo isolamento de São Carlos em relação ao agitado ambiente político e cultural de São Paulo me garantiu o necessário recolhimento que a vida acadêmica exige. Mas ao contrário de outros professores que fizeram deste recolhimento um modo de vida, São Carlos que permitiu dar continuidade, com certo limite, ao desenvolvimento das atividades de caráter político e de extensão de serviços à comunidade indispensáveis para que essa minha trajetória entrelaçada pudesse ser construída.

Posso dizer sem risco de errar que, não tivessem sido as condições muito particulares em que me enredei entre São Carlos, como base acadêmica, e São Paulo, como base político/cultural, a história contada e comentada neste memorial seria muito diferente.

Fui, durante a maior parte da minha vida acadêmica (1986-2005), docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, onde o último vínculo com a pós-graduação encerrou apenas em 2011, quando minha última orientanda no Programa de Doutorado defendeu sua tese. Neste departamento dei aulas de História do Urbanismo para dezenove turmas de graduação, de Habitação Social no Brasil para dez turmas de pós-graduação, orientei quinze mestres e três doutores, com dissertações e teses defendidas. Coordenei, por um ano, o Curso de Graduação. Formei o Grupo de Pesquisa e Assessoria em Habitação e Urbanismo, onde orientei treze bolsistas de iniciação científica,

dos quais cinco viraram mestres e três são doutores.

Neste período, escrevi minha dissertação de mestrado (embora seu objeto tratasse da experiência do LabHab), desenvolvi a pesquisa e escrevi a tese de doutorado e dei início e executei a primeira fase da pesquisa que gerou a Tese de Livre-Docência, cujos pesquisadores principais são todos ex-alunos e mestres formados em São Carlos. Ali produzi parte significativa da minha produção científica, incluindo vários livros e centenas artigos que publiquei em livros, periódicos, anais de congressos, revistas e jornais.

Com os alunos de graduação, realizei cerca de setenta viagens didáticas, voltadas para a história da arquitetura e urbanismo e estudos urbanos, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Ouro Preto, Parati e Curitiba, prática de ensino que considero fundamental para a formação em urbanismo.

Dos inúmeros aspectos que esta experiência na EESC permite comentar, quero destacar quatro: a consolidação da minha inserção na área de arquitetura; a importância da interlocução na área de história e teoria da arquitetura e urbanismo, em especial sobre a arquitetura moderna, que teve forte influência no meu doutorado e desdobramento na livre-docência; o processo de formação de um Grupo de Pesquisa em Habitação, que permitiu a formação de um grande número de jovens pesquisadores e a possibilidade de dar continuidade ao entrelaçamento entre desenvolvimento acadêmico e política, de um

jeito muito diferente do que tive no LabHab.

Em São Carlos, se consolidou minha inserção na área de arquitetura e urbanismo, em nível de pesquisa, ensino e atividade profissional. Até então, como fruto da formação e das relações acadêmicas e políticas que estabeleci desde a graduação, minha interlocução acadêmica estava ainda muito mais relacionada com a área e as instituições de ciências humanas do que com arquitetura e urbanismo que, aliás, até então era muito frágil do ponto de vista acadêmico, pois a ANPUR apenas foi criada em 1986, em um encontro em Friburgo (onde estive presente como representante da EESC-USP, tendo sido relator de um dos grupos de trabalho).

Meu envolvimento com a área de Ciências Humanas pode ser visto na sequência de atividades que integra este memorial. Durante quase toda a década de 1980, participei de vários congressos da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, publiquei artigos em livros e revistas da área de Ciências Sociais e mantive uma forte relação acadêmica com o Professor Lúcio Kowarick, que além de ter sido meu orientador na iniciação científica, me incluiu em vários grupos de estudo, pesquisas e trabalhos profissionais que ele coordenou.

Foi através desta relação acadêmica que, durante alguns anos (1981-1984), integrei a equipe da COGEP/SEMPA (Secretaria de Planejamento do Município de São Paulo), em um setor de estudos socioeconômicos urbanos, coordenado por Kowarick (até ser capturado



**A disciplina “História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo no São Paulo”, que ministrei com o Prof. Carlos Martins por dezenove anos em São Carlos, promovia seis viagens didáticas por ano a diferentes cidades brasileiras. Articulando arquitetura e urbanismo, a disciplina buscava romper fronteiras disciplinares e formar alunos com visão crítica, sólida conceituação teórica e capacidade de entender as questões da atualidade a partir dos processos históricos. Nessa página e na seguinte, várias visitas, entre os quais, ao Mutirão Celso Garcia, ao Conjunto Residencial da Gávea e ao Palácio Campanema (antigo Ministério da Educação e Saúde)**



pelo professor Luiz Carlos Costa para integrar uma das equipes de um plano diretor que nunca acabava), fui pesquisador do CEDEC (1984-1986) e mantive contato com inúmeras instituições no país e no exterior da área de sociologia urbana.

Em decorrência desse envolvimento com as ciências sociais, ingressei no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC em de um concurso para a disciplina de Fundamentos Sociais, o que revela como minha atividade acadêmica era observada. Embora entendesse que o trabalho no Laboratório de Habitação fosse uma atividade estritamente relacionada com a arquitetura e urbanismo, não era bem assim que isso era visto. Para muitos arquitetos, esse trabalho na periferia era um misto de sociologia urbana com militância política. Não era o caso dos arquitetos que estavam no Curso de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, que insistiram para que eu prestasse o concurso exatamente para levar para lá este tipo de experiência, que apontava para um alargamento do campo profissional.

Em São Carlos, o foco principal do curso era o projeto de arquitetura e urbanismo. Em 1987, propusemos a criação da disciplina de História do Urbanismo no Brasil que passei a ministrar e que, posteriormente, foi fundida com a disciplina de Arte e Arquitetura no Brasil. Com isto, buscamos articular as reflexões sobre a arquitetura e urbanismo (o que até agora não tem sido possível na FAU) e gradativamente fui transitando da área de ciências sociais para a área de Funda-

mentos de Arquitetura e Urbanismo, onde consolidei minha inserção nos anos 1990.

Uma das consequências mais importantes deste processo foi uma progressiva alteração do foco do meu trabalho de pesquisa, crescentemente voltado para a história e teoria do urbanismo e da arquitetura, sem me afastar do tema da habitação, aspecto que será aprofundado quando tratar da tese de doutorado “Origens da Habitação Social no Brasil”. A intensa interlocução acadêmica no Departamento, onde se formou um excepcional grupo de professores da área de História e Teoria, me permitiu aprofundar o estudo da arquitetura e urbanismo modernos.

Os instigantes debates com Carlos Martins e outros colegas nas longas noites “sem ter o que fazer” em São Carlos – como eram boas – propiciaram condições para rever e aprofundar o debate sobre as limitações da historiografia da arquitetura brasileira, de modo a estabelecer um vínculo, que acabou sendo fundamental no meu doutorado, entre habitação e arquitetura moderna.

É importante ressaltar que apesar deste aprofundamento acadêmico que a “migração para São Carlos” propiciou, meu envolvimento político e militância continuaram de maneira intensa, em São Paulo e elas alimentaram o trabalho acadêmico, de certa forma estabelecendo um link entre o mundo da política e o da universidade. De alguma maneira, eu funcionava como uma espécie de fio terra, que parecia importante para “politizar” o departamento.

Entre 1986 e 2004, compatibilizei o ensino e pesquisa em São Carlos com atividades de extensão como as já citadas experiências no Sindicato de Arquitetos e na Superintendência de Habitação Popular durante o governo Erundina. Nesse período, entretanto, não me licenciarei da universidade porque sempre entendi ser importante manter a atividade acadêmica, mesmo enquanto desempenhava funções públicas.

Além dessas, merece ser citado outro trabalho de extensão que realizei entre 1985 e 1989: a colaboração com o Jornal Folha de São Paulo na elaboração de editoriais sobre temas urbanos. Tratou-se de uma experiência importante, que exigia uma atualização permanente sobre tudo o que ocorria em urbanismo no Brasil, para poder opinar e comentar, o que era fundamental para um professor de história e teoria do urbanismo que buscava estar ligado com o que acontecia cotidianamente nas nossas cidades.

Realizar esse trabalho, que durou até 1989, quando meu ingresso na prefeitura de São Paulo inviabilizou sua continuidade, foi fascinante. Neste período escrevi cerca de 160 editoriais sobre os mais diferentes temas (planejamento urbano, mobilidade, habitação, meio ambiente, projetos urbano, patrimônio histórico, uso do solo, espaço público, etc.), cujo conteúdo exigia difíceis discussões com os editorialistas do jornal e com seu Publisher, cujas opiniões nem sempre coincidiam com as minhas.

Para tanto enfrentar esses debates, era necessário

preparo acadêmico e argumentações consistentes em assuntos muito polêmicos, que sempre envolviam interesses econômicos e disputas ideológicas. A experiência foi riquíssima, inclusive no que se refere ao aprofundamento sobre temas urbanos que posteriormente eram debatidos nas aulas.

Estes múltiplos olhares sobre a cidade, que foram gerados nesse período – do ponto de vista da universidade, da imprensa, de uma entidade profissional e na gestão de um órgão público – eram complementares e permitiam observar meu objeto de estudo, a cidade, de uma maneira bastante aguçada. Acredito que também para os alunos e colegas do departamento foi muito positiva esta possibilidade de cruzar diferentes formas de analisar o processo urbano.

De qualquer forma, entendo o resultado mais concreto da riqueza da minha inserção acadêmica no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC foi a elaboração da minha Tese de Doutorado, apresentada em 1995, *Origens da Habitação Social no Brasil*, assunto que merece um item específico.



Autografando o livro “Origens da Habitação Social no Brasil” para a professora Maria Ruth Sampaio (1998), com quem realizei uma pesquisa temática apoiada pela FAPESP



### ORIGENS DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA TESE DE DOUTORADO COM QUINZE ANOS DE FÔLEGO [1980-1995]

*Durante quatro anos, Nabil Bonduki liderou, juntamente com Ermínia Maricato e demais companheiros, a luta contra a crise habitacional que cronicamente afeta os moradores pobres de São Paulo. Isso se deu entre 1989 e 1992, quando Luiza Erundina era prefeita. Depois de lidar com o problema na prática, Nabil voltou à academia e produziu uma das mais notáveis análises históricas de como a capital paulistana ‘tem resolvido’ a questão do alojamento de sua vasta população carente. Não resta dúvida que o envolvimento político do autor com o objeto de sua investigação conferiu-lhe uma especial capacidade de discernir e compreender. A tese de doutorado, agora transformada em livro, desconstrói e reconstrói o discurso e a prática da política habitacional de foram original e instrutiva.*

**Paul Singer**

*Apresentação do livro “Origens da habitação social no Brasil, 1998*

Embora tenha defendido minha tese de doutorado em maio de 1995 e publicado em livro três anos depois, iniciei a pesquisar e comecei a escrevê-la em 1980, ainda como mestrado. É por isto que este trabalho é um documento vivo da minha trajetória acadêmica e de pesquisador.

Quando comecei a pesquisa e escrevi o que, no livro, são os capítulos 1, 5 e 6, o trabalho era uma pesquisa que se aproximava dos trabalhos de história social que vinham sendo elaborados nos anos 1980 e que buscavam resgatar a formação da classe trabalhadora no Brasil, na sequência da organização de arquivos como o de Edgard Leuenroth do ISCH da Unicamp. A pesquisa era um desdobramento da minha trajetória na área de ciências humanas que vem do final dos anos 1970 e que continuou a influenciar minha atividade acadêmica até me envolver mais profundamente com história da arquitetura e urbanismo modernos, o que, como já dito ocorreu em São Carlos.

Entre 1979 e 1982, antes de me envolver no LabHab, passei muitas horas metido em arquivos, fuçando jornais antigos, revistas e boletins, fotografias e plantas de vilas e cortiços e outros documentos sobre as cidades e suas várias crises de habitação. O objetivo principal do trabalho era identificar como se formou o padrão periférico de crescimento urbano, tema que tornava superimportante o estudo, que foi inédito, sobre a Lei do Inquilinato e seus efeitos sobre o mercado habitacional.

A dissertação estava bem encaminhada em 1982; tinha estudado e levantado em arquivos tudo o que estava disponível, mas ainda não estava satisfeito com a abordagem que estava fazendo. Foi nesse momento que comecei a me envolver, de maneira cada vez mais profunda, com os movimentos de moradia, laboratório de habitação e toda essa história já foi contada. O trabalho parou em 1983, mas os manuscritos de três

capítulos, redigidos à mão, ficaram guardados e muito bem guardados por cerca de onze anos.

Imagino o desespero de Gabriel Bolaffi, meu orientador do mestrado e que tinha verdadeiro fascínio pelo trabalho, quando lhe disse que não ia entregar essa pesquisa como mestrado, substituindo por outra proposta da qual ele discordava.

Mas longe estava eu de desistir do que já havia feito. Minha proposta era transformar aquela pesquisa tema do doutorado, em cujo programa ingressei 1987, logo após a polêmica defesa da dissertação.

A questão, no entanto, era que em 1987 eu não era mais o mesmo pesquisador de 1980. Depois de ano e meio em São Carlos, meu interesse pela arquitetura moderna cresceu enormemente. Como eu podia estudar as décadas de 1940 e 1950, sem observar o que estava se fazendo neste período em termos de projetos habitacionais, era a pergunta que eu mesmo me fazia. Projetos que antes não despertavam meu interesse do ponto de vista arquitetônico, como o Conjunto Residencial Várzea do Carmo e o Edifício Japurá, agora passaram a ter uma enorme importância.

O grande desafio teórico que tinha quando retomei a pesquisa em 1987/8 era como juntar a parte já escrita – um estudo de história social, economia política e mercado imobiliário – com uma nova pesquisa que começava a fazer sobre a arquitetura moderna nos conjuntos residenciais produzidos pelos IAPs, nos

anos 1940, aqueles que Anatole Kopp havia me dito que eram tão importantes, uma causa dos arquitetos socialistas.

A interlocução com o professor Carlos Martins nesse momento foi decisiva. Eu eu não podia deixar de pesquisar esses projetos, dizia ele em uma daquelas noites de São Carlos, em que os bares fechavam à meia noite e em que procurávamos links entre a habitação social e o movimento moderno. No momento em que estudar a arquitetura moderna era a principal linha de pesquisa do grupo de São Carlos, decidi fazer o levantamento dos empreendimentos habitacionais produzidos pelos IAPs, trabalho que apenas conclui inteiramente na minha livre docência.

Estava com este problema na cabeça, quando na noite de 15 de novembro de 1988, Luiza Erundina venceu surpreendentemente as eleições para a prefeitura de São Paulo e interrompeu parcialmente o trabalho por mais quatro anos, estória já contada.

Em 1993, não tinha mais como adiar a conclusão da tese. Mas aí não era mais problema. Como afirmou Paul Singer: “o envolvimento político do autor com o objeto de sua investigação conferiu-lhe uma especial capacidade de discernir e compreender”. De fato, os quatro anos como gestor de um órgão de política habitacional, a experiência na coordenação de mais de uma centena de projetos em diferentes contextos urbanos, a reflexão sobre o que era uma política de habitação social, entre a produção formal e a informal, me



Alguns documentos sobre a história da habitação reunidos na primeira etapa da pesquisa, momento em que o interesse pelos conjuntos residenciais promovidos pelos IAPs ainda não tinha sido despertado.

deram condições para entender o que estava em jogo nos anos 1940 e 1950.

Naquele momento ficou claro para mim que, no período de Vargas, habitação foi transformada em uma questão social, de modo que o mercado se retirou, o Estado assumiu, formalmente, o enfrentamento do problema, mas sem capacidade e interesse para equacionar soluções massivas, deixando para que os trabalhadores resolvessem por sua própria conta a produção da sua moradia.

A análise se amarrava com a análise do projeto nacional desenvolvimentista, que se viabilizou concentrando o capital nos setores estratégicos e rebaixando o custo de reprodução da força de trabalho. A habitação cumpriu o papel de viabilizar este rebaixamento, por um lado, através de uma pequena produção de grande qualidade, orientada pelos pressupostos do movimento moderno, para os setores mais privilegiados da classe trabalhadora, e, por outro, através do congelamento dos aluguéis, que reduziu o interesse do mercado pela produção de moradias populares. A difusão da casa própria autoconstruída, foi consequência do processo, facilitada pela legislação do Estado Novo, que deu segurança para a compra de lote a prestação.

Não seria capaz de desenvolver a análise presente em “Origens” sem ter tido a experiência de gestão habitacional que HABI propiciou, inclusive no que se refere à análise dos projetos; menos ainda, sem o ambiente intelectual que São Carlos propiciou, com a ênfase na revi-

são da historiografia da arquitetura moderna brasileira.

Todo produto intelectual é resultado do contexto em que é produzido. “Origens” revela para um leitor atento que atravessa seus sete capítulos, os dezoito anos que levou a sua elaboração, com as idas e vindas e o trânsito entre diferentes disciplinas. Ele é essencialmente uma análise interdisciplinar que expressa o trânsito entre várias áreas das ciências humanas. Embora sua repercussão maior tenha sido na área de história da arquitetura e urbanismo, em especial o capítulo 4, ele traz consigo, no seu DNA, o longo processo de maturação daquele que continuo considerando o principal item da minha produção científica.

O livro *Origens da Habitação Social* no Brasil, atualmente na 4ª edição, tornou-se uma referência e bibliografia clássica, adotada em várias faculdades de arquitetura em todo o país. Além do livro mais de uma dezena de artigos foi publicado como desdobramento dessa pesquisa, que estimulou estudantes e pesquisadores de todo o país a estudarem em profundidade esse tema.

### CONSOLIDAÇÃO DO TRABALHO EM SÃO CARLOS: FORMANDO PESQUISADORES (1995-2001)

Nesse momento, frente a Carlos Frederico Ferreira, de 88 anos, o arquiteto de Realengo (...) que havia coordenado o setor de arquitetura do IAPI até 1966 e depois desaparecido, como tantos outros, da história da arquitetura brasileira, ficou claro que aquilo não teria mais fim. Era necessário concluir (...) esta pesquisa sobre as origens da habitação social no Brasil e finalizar o doutorado que deu origem a este livro. Para, em seguida, investigar e registrar sistematicamente, antes que desapareça totalmente, a enorme e desconhecida produção de habitação social e arquitetura realizada antes do BNH, tarefa apenas iniciada neste livro.

#### Nabil Bonduki

*Apresentação do livro Origens da Habitação Social no Brasil, 1998*

Entre os inúmeros aspectos tratados no “Origens”, o que ganhou mais repercussão, na área da arquitetura e urbanismo, foi a revelação do ciclo de projetos habitacionais desenvolvidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões e outros órgãos atuantes no período.

Até então praticamente desconhecidos pela historiografia da arquitetura brasileira, com exceção dos famosos conjuntos residenciais projetados por Af-

fonso Eduardo Reidy, os projetos surpreenderam por sua qualidade urbanística e arquitetônica e por introduzirem questões fundamentais para o enfrentamento massivo do problema da habitação, como a produção seriada, a estandardização e a pré-fabricação, que foram incorporados nas propostas desenvolvidas no país como uma repercussão do ideário moderno, em particular das teses formuladas no âmbito do CIAM. O interesse sobre esta faceta da análise foi bastante expressivo, sobretudo, porque a qualidade dos projetos habitacionais deixou de ser um aspecto relevante no período seguinte, o da massiva produção financiada pelo Banco Nacional de Habitação, criado em 1964. Este aspecto ganhava maior importância frente a necessidade de reintroduzir essa preocupação numa nova política habitacional.

No entanto, com já foi dito, “Origens” não se resumia nem pretendia fazer uma análise aprofundada destes conjuntos residenciais, mas identificar como o Estado interveio na questão habitacional no contexto da construção de um projeto de desenvolvimento para o país. De caráter eminentemente interdisciplinar, a tese envolvia, além de uma reflexão inovadora no âmbito da história da arquitetura e urbanismo, análises de economia política, sociologia e história social sobre diferentes aspectos dos processos tratados, que iam muito além da produção habitacional.

Por esta razão, o levantamento da produção habitacional do período não foi exaustivo em “Origens” e análise foi desenvolvida a partir de um número rela-



Localizar o arquiteto Carlos Frederico Ferreira, chefe do Setor de Arquitetura e Desenho do IAPI do final dos anos 1930 aos anos 1960, não foi tarefa simples. Cheguei a ele, esquecido na Serra de Friburgo, apenas em novembro de 1994, menos de um mês antes do prazo final para entregar o doutorado. Na foto, vê-se, ao fundo, a casa que ele construiu combinando arquitetura moderna com taipa e o livro *Brazil Builds*, onde havia sido publicado seu pioneiro projeto do conjunto de Realengo.



Nilce Aravecchia e Salua Manoel, então bolsistas de iniciação científica, entrevistam o arquiteto Flavio Marinho Rego, autor do projeto do Conjunto Residencial de Deodoro (1997). Hoje doutoras em arquitetura e urbanismo, Nilce e Salua fizeram teses, respectivamente, sobre a produção habitacional do IAPI e da Fundação da Casa Popular.



Com Carmen Portinho, na sua última viagem a São Paulo (1999).

tivamente pequeno de empreendimentos, embora fossem os mais significativos do ponto de vista dos projetos arquitetônicos. A investigação realizada até aquele momento era suficiente para desenvolver as hipóteses daquela tese, em especial, o papel da habitação no âmbito da política de redução do custo de reprodução da força de trabalho e de proteção aos trabalhadores com carteira assinada e a importância deste ciclo de conjuntos residenciais para a arquitetura moderna brasileira. No entanto, era necessário um aprofundamento substancial da investigação para que se pudesse chegar a conclusões mais definitivas sobre o que foi a ação estatal na questão da habitação no período que antecedeu a criação do BNH e sobre quais seria sua contribuição para o aperfeiçoamento da política habitacional brasileira.

Para enfrentar com maior profundidade este objeto, propus nova investigação cujo principal objetivo era realizar um levantamento completo dos empreendimentos habitacionais realizados por órgãos estatais no período de 1930 e 1964. Esta pesquisa se tornou para mim uma oportunidade para me inserir plenamente na pós-graduação de São Carlos, que se ampliou enormemente a partir de 1993, como resultado de esforço institucional de formação dos quadros docentes. Mas, sobretudo, para formar um grupo de pesquisa com outros pesquisadores da área de história do urbanismo, em especial, os professores Carlos Roberto Monteiro de Andrade e Sarah Feldman, além de estudantes de graduação e pós-graduação e de me articular com pesquisadores de outros centros, em

particular, com o grupo de pesquisa coordenado pela professora Maria Ruth Sampaio, da FAU-USP.

Com estes pesquisadores, apresentamos um Projeto de Pesquisa Temático para a FAPESP – *Habitação Econômica e Arquitetura Moderna no Brasil (1930-1964)*, onde cada pesquisador ficou responsável por uma parte da pesquisa, cabendo-me investigar a “Produção Pública de Habitação Econômica”.

Com essa base, formei um grupo de estudantes da graduação do curso de arquitetura da EESC, que começaram desenvolvendo projetos de pesquisas de iniciação científica, continuaram no mestrado e doutorado, em um trabalho de formação de pesquisadores que considero da maior importância. A Tese de Livre-Docência é o resultado mais importante deste processo de pesquisa iniciado em 1997 em São Carlos e que teve continuidade com a minha transferência para a FAU, consolidada em 2005. No Volume 3 do livro que será publicado como desdobramento dessa tese, é possível observar o avanço deste grupo de jovens pesquisadores, todos coautores.

Entre 1997 e 2001, este grupo de pesquisadores, sob minha coordenação, iniciou o levantamento de campo e documental da produção habitacional do período, ao mesmo tempo em que elaboraram projetos de pesquisa específicos de iniciação científica. Assim, foram nascendo interesses específicos, que geraram projetos de pesquisa monográficos sobre arquitetos (Carlos Frederico Ferreira, Rubens Porto, Eduardo

Kneese de Melo), órgãos promotores de habitação (Fundação da Casa Popular, Departamento de Habitação Popular do PDF e Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) e empreendimentos habitacionais (Realengo, Japurá e vários outros). Foi neste rico processo de formação de pesquisadores que nasceu o projeto “Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil”, que será comentado adiante.

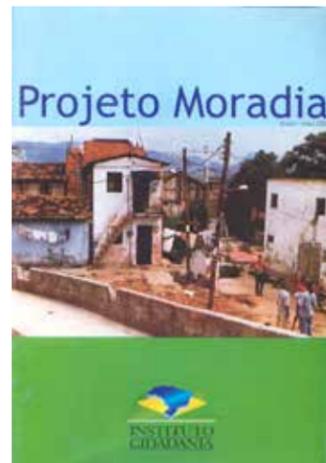
Embora a reflexão que gerou esta pesquisa buscasse mostrar que a produção habitacional do período ia muito além dos famosos conjuntos projetados por Affonso Eduardo Reidy, a pesquisa acabou retornando a eles. Em 1998, fui convidado para montar uma pequena exposição e ministrar palestras em Londres sobre duas obras desse arquiteto, Pedregulho e MAM. Daí foi um passo para a ampliação da pesquisa sobre toda a obra do arquiteto, nunca antes sistematizada, com o objetivo de editar um livro da Série Arquitetos Brasileiros (Instituto Lina Bo e P.M. Bardi) e uma grande exposição que foi montada na Bienal de Arquitetura de 1999 e, em seguida, ampliada com desenhos originais do arquiteto no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em 2000.

A investigação sobre Reidy me deu a oportunidade de conviver intensamente com Carmen Portinho, uma engenheira de 95 anos, que abriu sua casa, arquivos e coração para garantir que a obra de seu companheiro pudesse ser registrada e publicada.

A outra linha de pesquisa, voltada para o estudo dos

programas habitacionais do “pós BNH”, teve continuidade, articulando pesquisa acadêmica, formulação de políticas públicas e atuação política. O trabalho de pesquisa foi acompanhado de projetos de extensão, como o Plano de Habitação de Franca (1997-8), uma pesquisa para a FIPE sobre cortiços em São Paulo (1999) e um grande projeto de avaliação dos programas habitacionais, contratado pelo Conselho Curador do FGTS (Formulação de uma Metodologia de Avaliação dos Programas financiados pelo FGTS), que gerou uma metodologia de avaliação de empreendimentos habitacionais (1999-2001).

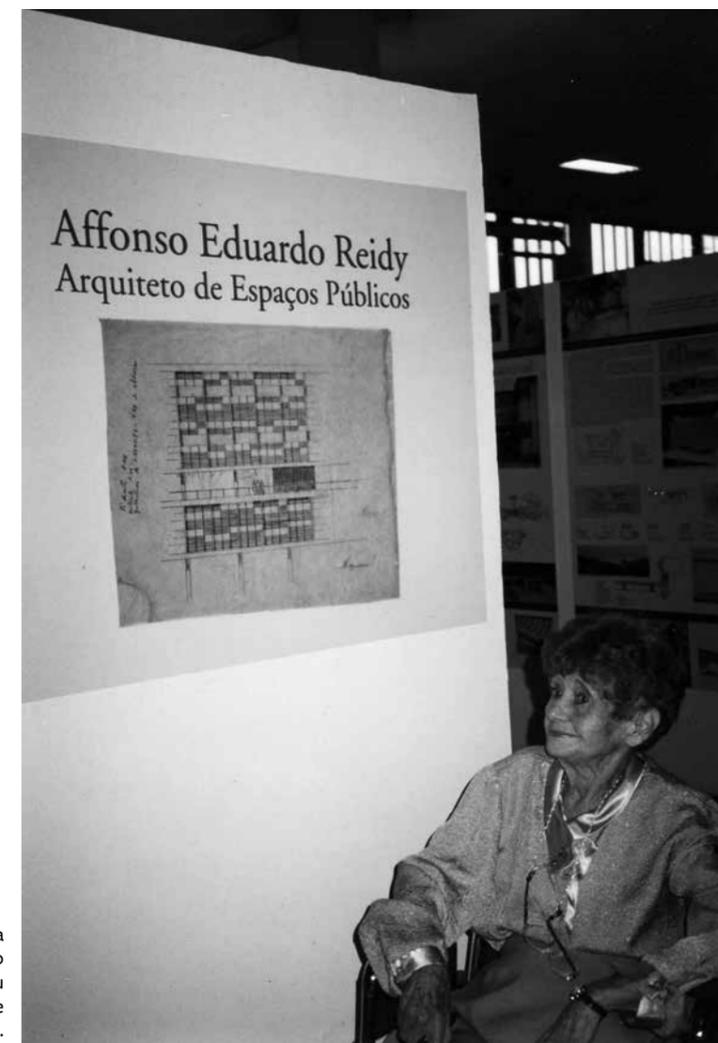
Por fim, deve ser destacada a participação como coordenador do Projeto Moradia, que merece ser destacado como exemplo dessa trajetória entrelaçada entre pesquisa e política. Promovido pelo Instituto Cidadania, sob a coordenação de Luís Inácio Lula da Silva, incluiu um estudo sobre a situação habitacional no Brasil, uma sistematização das ideias desenvolvidas pelos diferentes segmentos sociais e uma proposta de política habitacional para o país. O projeto se tornou o programa de governo do presidente eleito em 2002 e traçou as diretrizes que levaram à criação do Ministério das Cidades, em 2003 e à formulação de uma nova política habitacional para o país a partir de 2005.



Lançamento do Projeto Moradia (2000), com os coordenadores do projeto e dirigentes do Instituto Cidadania, entre eles Lula.



Com Carmen Portinho na exposição Affonso Eduardo Reidy, montada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (2000).





Zé Celso e as bacantes  
no Salão Nobre da  
Câmara Municipal.

## **INTERMEZZO 2**

VEREADOR SEM PERDER A LINHA  
[2001 - 2004]



Debate na Casa da Cidade, espaço aberto para discussão das políticas públicas na cidade.

Em 1999 tem início na Câmara Municipal de São Paulo o episódio que ficou conhecido como “Máfia dos Fiscais”. Uma CPI corajosa presidida pelo então vereador José Eduardo Martins Cardozo, promoveu uma razoável limpeza ética na Câmara Municipal. Vivia-se os tempos do prefeito Celso Pitta, fim de feira do seu ex-chefe Paulo Maluf. Com a cidade abandonada, era enorme o desânimo que tomava conta dos paulistanos. Levantamento de opinião indicava que 68% da população deixaria a cidade se pudesse.

A CPI levantou o tapete onde muita sujeira estava acumulada: cinco vereadores foram cassados, vários foram presos e muitos que sobraram estavam politicamente destruídos. Vivia-se um clima de renovação e de instauração de um novo tempo na administração municipal e na Câmara Municipal.

Somente este contexto pode explicar a minha candidatura e eleição a vereador em 3 de outubro de 2000, com mais de vinte mil votos. A candidatura somente foi decidida no final de abril, quando todos os candidatos já estavam com a campanha na rua. A demora para decidir assim como o pouco tempo para fazer campanha foi consequência do envolvimento com outras atividades: o livro e exposição sobre Reidy, finalizado em março de 2000, o Projeto Moradia, que foi concluído em maio de 2000, a coordenação do projeto de Formulação de uma metodologia de Avaliação dos Programas de Aplicação dos Recursos do FGTS, realizada por uma grande equipe que envolvia inúmeros docentes do Departamento de Arquitetura da EESC,

que atravessou os anos de 1999 e 2000 e as inúmeras atividades de docência e orientação em São Carlos.

Sem dúvida, é muito difícil conciliar atividades acadêmicas e profissionais com as políticas, em particular, de caráter eletivo. Mas minha trajetória mostra que isto é possível; a campanha de 2000 e o meu mandato de vereador são exemplos de que esse entrelaçamento pode ser muito proveitoso e enriquecedor, além de permitir o desempenho de uma função – a legislativa – que é essencial para a democracia, apesar de estar tão desgastada e desqualificada, por pessoas que não sejam políticos profissionais.

Apesar de desgastante e difícil, uma campanha de vereador em uma cidade como São Paulo, com cerca de oito milhões e meio de eleitores, pode ser um processo interessantíssimo de observação urbana e de formação política. Aproveito este momento para falar não apenas da campanha de 2000, mas das seis campanhas que fiz para cargos eletivos, uma para deputado estadual (1994) e as demais (1996, 2000, 2004, 2008 e 2012) para vereador.

Nestas campanhas fiz centenas de palestras, debates, reuniões com grupos de pessoas, visitas a bairros, locais de trabalho, sindicatos, associações e movimentos, que infelizmente não estão relacionadas neste Memorial dentre as atividades realizadas porque não estão sistematizadas, nem documentadas e exigiria uma longa pesquisa. Mas deveriam estar pois também podem ser entendidas como atividades de formação

e de extensão, além de serem uma oportunidade de conhecer situações urbanas concretas, de grande proveito para um pesquisador em urbanismo. Não tenho nenhuma dúvida de dizer que uma campanha eleitoral séria é um extraordinário processo de formação de pessoas para a cidadania e de conhecimento que as pesquisas acadêmicas não são capazes de captar.

Um resultado concreto da campanha eleitoral de 2000 foi o surgimento de um espaço de debates e formação que se desdobrou em uma associação da sociedade civil e que se tornou uma referência de um jeito de fazer política não convencional: a “casa da (rua) rodésia”, que se transformou, em 2005, na Associação Casa da Cidade.

Este espaço nasceu meio por acaso e foi construído através de um processo coletivo. Em 2000, um grupo de universitários se reuniu em torno da candidatura e montou uma série de reuniões com intelectuais para debater temas, relacionados com o programa eleitoral, capazes de mobilizar outros jovens progressistas. Os debates, realizados na casa, reuniram centenas de jovens que ouviram, por exemplo, Marilena Chauí falar sobre “Ética na Política”, Chico de Oliveira sobre “Reforma Universitária” e Francisco Withaker sobre descentralização e participação na prefeitura.

O espaço se tornou multiuso e outros jovens montaram eventos culturais, com apresentação de dança e teatro. As festas mobilizaram centenas de pessoas e a casa foi se convertendo em uma referência de uma

forma de fazer política que, se esperava, poderia ser alternativa exatamente em um momento que a renovação da Câmara se tornou uma necessidade. Com a vitória eleitoral, a casa se manteve, tinha se tornado um símbolo; foi um instrumento fundamental para fazer um mandato em permanente processo de diálogo com os eleitores.

Na “casa da rodésia” se reuniram administradores públicos, técnicos, políticos, intelectuais e militantes do movimento sociais para debater os mais importantes temas que fizeram parte da pauta da Câmara Municipal no fértil período entre 2001 e 2004, que alterou a estrutura institucional da prefeitura de São Paulo. Além do Plano Diretor Estratégico e dos 31 Planos Regionais, que relatei e elaborei o substitutivo a partir de mais de uma centena de audiências públicas em todas as regiões da cidade e que mereceu inúmeros debates de aprofundamento sobre temas específicos, foram debatidos temas como a criação das Subprefeituras, a reformulação do sistema de transporte coletivo (que criou o bilhete único), a reforma tributária (que gerou o imposto progressivo por valor do imóvel), a criação da taxa do lixo, a alteração da Lei Orgânica do Município que flexibilizou a utilização da verba de educação, a proposta dos Centros Educacionais Unificados (CEU's), diversos temas na área de cultura, juventude, meio ambiente e habitação.

A partir destes debates e de audiências públicas foram firmadas posições sobre temas em debate no legislativo, buscando superar a dicotomia presente



Cenas das campanhas eleitorais.



no parlamento, onde a situação vota sempre a favor e a oposição contra. O aprofundamento do conhecimento técnico, possibilitado pela presença de uma assessoria técnica altamente qualificada no meu gabinete, complementada pela contribuição de inúmeros outros profissionais e militantes que colaboraram voluntariamente no mandato, combinado com uma ativa participação política permitiu conceber propostas alternativas que puderam aperfeiçoar os projetos de lei em discussão. Em quase todos os projetos de leis relevantes do executivo pudemos elaborar substitutivo ou emendas, que quando incorporados geraram aperfeiçoamentos importantes.

Não fomos bem sucedidos em muitos casos: em várias situações, a combinação de interesses econômicos e políticos impediu que as melhores propostas para a cidade e a justiça social pudessem ser aprovadas. Foi o caso, por exemplo, da lei da Operação Urbana Águas Espreadas, a lei de regulamentação das antenas de celular, a lei de regulamentação da paisagem urbana (que disciplinaria a publicidade exterior, como os outdoors) e a lei que flexibilizou a lei do ruído, beneficiando os templos religiosos.

Caso especial foi as relatorias do Plano Diretor Estratégico, dos 31 planos regionais e da lei de uso e ocupação do solo, que foram, indiscutivelmente, os projetos mais importantes em que me envolvi na Câmara. Tratava-se de viabilizar a implementação, na maior e mais rica cidade do país, dos vários instrumentos para fazer valer a função social da propriedade, previstos no

Estatuto da Cidade, aprovado em 2001 e que apenas poderiam ser colocados em vigor através do Plano Diretor.

As dificuldades para se aprovar um plano diretor em São Paulo são enormes, pois os interesses em jogo são muito fortes e contraditórios. A rigor, nunca um plano diretor havia sido aprovado na Câmara Municipal, pois o único votado, em 1971, ocorre durante o momento mais fechado da ditadura militar, quando os oposicionistas estavam praticamente banidos, a sociedade civil amordaçada e os meios de comunicação sofrendo forte repressão e censura.

O desafio era ainda maior frente ao fato de que o Plano Diretor Estratégico propunha criar instrumentos que desafiavam o direito de propriedade, reduzindo o potencial construtivo gratuito, introduzindo o solo criado, o imposto progressivo no tempo para imóveis ociosos e as Zonas Especiais de Interesse Social, entre outras propostas progressistas. Objetivamente estava em jogo a continuidade do longo processo de implementação das propostas de reforma urbana que começamos a debater em 1987, no processo constituinte ao propor a Emenda de Iniciativa Popular da Reforma Urbana. A importância da aprovação de um plano diretor avançado em São Paulo, no ano seguinte à aprovação do Estatuto da Cidade, era enorme frente ao potencial de repercussão que a cidade tem no país.

Era isto que estava em jogo quando na noite do dia 20 de agosto de 2002, em que o projeto deveria ser

votado, o líder do governo, acompanhado de alguns vereadores, propôs a inclusão de emendas pontuais de mudança do zoneamento como condição para que o substitutivo do Plano Diretor fosse votado. Não é o caso de se estender neste texto sobre o intrincado jogo de interesses econômicos e políticos que estava por detrás deste que foi o caso de maior desgaste que sofri nos quatro anos de mandato. O importante é que o Plano Diretor foi aprovado, com todos os instrumentos de reforma urbana, e que todas as emendas espúrias de zoneamento foram vetadas. A experiência mostrou, uma vez mais, como o planejamento urbano está intrinsecamente vinculado ao processo político e que a atuação de urbanistas nas câmaras municipais é indispensável.

Em outras discussões amplas e abertas realizadas na Câmara Municipal, em espaços como a Comissão de Estudos de Habitação no Centro, a Comissão Extraordinária da Juventude, na CPI das Áreas Públicas e de Contaminação do Subsolo e em vários seminários sobre política cultural, nasceram propostas que se transformaram em Projetos de Lei, com um significativo impacto. Se minha experiência anterior em urbanismo e habitação me levou a ser um vereador “especializado” neste tema, foi na área da política de cultura e juventude que mais aprendi e mais pude desenvolver projetos criativos, em um amplo processo de participação com entidades, como foi a criação do VAI, do incentivo aos cinemas de rua e do fomento à dança. Infelizmente o Projeto de Lei que propunha a criação do Sistema Municipal de Apoio à Cultura não foi votado.

De todos estes projetos, o que gerou maior impacto foi o VAI – Programa de Valorização de Iniciativa Culturais, criado por lei de minha autoria a partir de um longo processo de trabalho na Comissão da Juventude, que presidi por dois anos. Nessa comissão, pudemos destrinchar de maneira minuciosa a situação dos jovens no início dos anos 2000 em São Paulo (publicada no caderno *Um ano de juventude na Câmara*), quando ainda inexistia uma política pública voltada para a juventude na cidade, e identificar ações que deveriam ser implementadas pela prefeitura.

A ausência de apoio a projetos culturais desenvolvidos por jovens na periferia e o grande potencial existente foi claramente identificado e o VAI nasceu desta constatação. Até hoje, cerca de novecentos projetos já foram apoiados pelo programa, que se tornou uma referência entre os grupos culturais de jovens em regiões periféricas de São Paulo.

O entrelaçamento entre o mandato de vereador e a atividade universitária se evidenciou fortemente em projetos considerados normalmente pelos avaliadores do trabalho parlamentar como iniciativas de baixo impacto: a concessão de honrarias, como a Medalha Anchieta e Título de Cidadão Paulistano. Buscamos fazer deste tipo de evento, simultaneamente, uma homenagem, uma reflexão sobre a obra do homenageado e um apoio a luta que ele vinha desenvolvendo na cidade ou no país.



**Entrega do Título de Cidadão Paulistano para o professor Chico de Oliveira, com o Auditório da História lotado. De uma atividade de baixo impacto a um seminário de três dias sobre a “Tarefa da Crítica”.**

Foi assim que a entrega do título de Cidadão Paulistano para o diretor de teatro Zé Celso se transformou em um evento midiático contra a instalação de um shopping center ao lado do Teatro Oficina, com a peça “As bacantes” sendo representada no plenário da Câmara, tendo os vereadores como protagonistas. A homenagem ao sociólogo Chico de Oliveira, que acabava de se desligar do PT, foi precedida de um seminário com o título “A tarefa da crítica”, com inúmeros intelectuais falando sobre a sua obra, posteriormente transformada em livro, onde escrevi um artigo já citado. A entrega do Título de Cidadão Paulistano a Oscar Niemeyer, presenciada por mais de três mil pessoas, sobretudo estudantes de arquitetura, também foi precedida de uma exposição e de um livro sobre sua obra em São Paulo e se relacionou com as dificuldades para a construção do auditório de sua autoria no Parque do Ibirapuera.

As publicações que foram feitas durante o mandato, como cartilhas, boletins e cadernos de registro das atividades das comissões mais relevantes, assim como a forte utilização das mídias digitais mostraram o esforço de estabelecer uma comunicação entre a ação parlamentar e a população da cidade.

O mandato na Câmara Municipal de São Paulo, para além do seu caráter legislativo, foi para mim uma verdadeira pesquisa participante de como é gerida a cidade. Como toda a legislação urbanística passa pela Câmara, conhecer de forma aprofunda a maneira como ela é concebida e discutida foi uma oportunidade excepcional para um pesquisador urbano.



Foto da inauguração do Conjunto Residencial da Penha, Rio de Janeiro (1950). Resgatar a memória da produção habitacional dos anos 1940 e 1950 era um dos principais objetivos da pesquisa “Pioneiros da Habitação Social no Brasil”.

## 4

### TEMPOS DE MATURIDADE [2005-2012]



Conjunto Residencial  
Passo d'Areia, em  
Porto Alegre (2009).

#### LANÇAMENTO DO LIVRO DE NABIL BONDUKI EM SÃO PAULO.

O arquiteto e urbanista Nabil Bonduki tem o prazer de convidá-lo para o lançamento de seu novo livro *Intervenções urbanas na recuperação de Centros Históricos*.

Terça-feira, 16 de agosto, das 18h às 22h  
Local: Superintendência Regional do IPHAN em São Paulo  
Av. Angélica, 626 – Santa Cecília – São Paulo-SP  
(Entre Rua Baronesa de Itu e Alameda Barão)

Preço do Livro: R\$ 70,00 / Estudantes e professores: R\$ 20,00  
Pagamento em cheque ou dinheiro.



#### DE VOLTA PARA A FAU [2005-2012]

Exercer a função de vereador em São Paulo e continuar docente em São Carlos foi se tornando cada vez mais difícil, frente à intensa atividade na capital e, ainda, à necessidade de fazer rápidos deslocamentos para atender convites de palestras em várias cidades brasileiras. Não queria me licenciar da universidade e continuava ministrando aulas em um momento de forte carência de docentes no Departamento de Arquitetura da EESC, mas meu envolvimento estava ficando cada vez menor. Meus últimos orientandos de mestrado na EESC (no total foram quinze) defenderam suas dissertações neste período (2001-4), mas fui chamado a orientar no doutorado, aberto a partir de 2003, assumindo três alunos de doutorado.

Por outro lado, estava fortemente inserido no ambiente político e no debate urbano que acontecia em São Paulo. As discussões que promovia na Câmara Municipal se relacionavam com as questões que cotidianamente estavam na boca dos alunos e professores da FAU, ao contrário do que acontecia em São Carlos, onde as preocupações principais, obviamente, eram outras. Não tinha sentido continuar na EESC, sem um real envolvimento, quando poderia contribuir muito mais na FAU, abrindo espaço em São Carlos para um pesquisador mais jovem, que teria melhores condições e maior disponibilidade para participar do projeto institucional do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, cuja transformação em instituto exigia grande dedicação de todos, devido ao pequeno número de docentes. Não foi sem sofrimento que to-

mei, em 2002, a decisão de prestar concurso na FAU, o que significaria, a curto ou médio prazo, deixar a EESC.

Assim, na mesma época em que estava profundamente envolvido com a relatoria do Plano Diretor Estratégico e a redação do seu substitutivo, prestei concurso para o Grupo de Disciplinas de Planejamento do Departamento de Projetos da FAU. Tratava-se de voltar para o lugar de onde se deu todos os momentos da minha formação (graduação, mestrado e doutorado) e de trazer para o ambiente universitário, de maneira mais intensa, a experiência que estava vivenciando entre o urbanismo e a política na Câmara Municipal.

Embora tenha iniciado minhas atividades na FAU em 2003, até 2005 me mantive nas duas instituições, em Regime de Tempo Parcial, além de exercer o mandato de vereador. Somente em 2005, após longo processo administrativo, meu contrato como professor efetivo em RDIDP foi transferido da EESC para FAU.

Esse ingresso da FAU deu-se em um momento que pode ser definido como de maturidade intelectual, como um orientador e pesquisador experiente, a caminho da elaborar a Livre-Docência.

Desta forma, sem mais encargos no legislativo, minha atividade na universidade pode se abrir em leque, assumindo disciplinas de graduação e pós-graduação, a orientação de vários alunos de doutorado, a coordenação de alguns trabalhos de extensão e consultoria em planejamento e o desenvolvimento de três projetos de pesquisa.

Ao lado dessas atividades estritamente acadêmicas,

atuei na Casa da Cidade, associação que ajudei a criar em 2005 para dar continuidade aos debates sobre políticas públicas na cidade que eram promovidos durante o mandato de vereador na “casa da rodésia”. Nestes anos, mais de uma centena de eventos entre debates, cursos, eventos culturais e encontros foram promovidos na “Casa”. Reunindo técnicos, gestores públicos, militantes de associações de moradores e movimentos sociais, este espaço permitiu o aprofundamento de uma série de assuntos relacionados com políticas públicas, se tornando uma referência de um debate político fortemente relacionado com a reflexão técnica e acadêmica.

Atuei ainda em conselhos de gestão de políticas públicas, representando entidades profissionais e acadêmicas. Entre 2005 e 2007 foi membro da diretoria da ANPUR e, entre outras atividades, representei esta entidade no Conselho das Cidades e no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Representei, ainda, o Sindicato dos Arquitetos no Conselho Municipal de Habitação de São Paulo.

Esse envolvimento, assim como a experiência no legislativo e a atuação em projetos de extensão e consultoria em políticas públicas, foram muito importantes para as minhas atividades didáticas no Grupo de Disciplinas de Planejamento, em nível de graduação e pós-graduação, de modo que pude aproximar o ensino com a formulação e o debate de políticas públicas urbanas.

Não foram poucas as oportunidades em que experiências concretas vividas na Câmara Municipal, na

elaboração da legislação urbanística, ou em algum conselho ou em trabalhos em municípios onde estava atuando tornavam-se assunto dos debates em aulas. Esse diálogo foi potencializado pela presença nessas disciplinas, de profissionais que foram referências importantes na minha formação em planejamento (e que se aposentaram nestes últimos anos) como Candido Malta, Luiz Carlos Costa, Wilson Jorge e Ermínia Maricato e os que ainda continuam dividindo aulas comigo com Marly Namur, Raquel Rolnik, Cristina Leme e Pedro Taddei.

Observando o cotidiano de trabalho da FAU, posso afirmar que minha transferência de São Carlos gerou, nessa nova etapa, três mudanças importantes do ponto de vista acadêmico:

- a inserção em disciplinas de planejamento urbano, enquanto em São Carlos sempre fui docente na área de história da arquitetura e urbanismo;
- maior relação entre as atividades de ensino, agora voltada para a prática do planejamento, com as atividades de extensão e consultoria, relacionadas com planos diretores e habitacionais;
- a possibilidade articular o debate urbano e habitacional decorrente das minhas atividades políticas com o espaço acadêmico.

A continuidade deu-se pelo lado da pesquisa, pois a investigação sobre a produção pública de habitação, iniciada em São Carlos, foi desdobrada em um novo projeto e gerou minha Tese de Livre Docência, *Pioneiros de Habitação Social no Brasil*, defendida em 2011.



Dois mobilizações em torno de lutas urbanas em São Paulo: acima, manifestação contra o fechamento do cine Belas Artes (2011); na página ao lado, edifício ocioso no centro histórico de São Paulo ocupado pelo movimento de moradia (2007).



Embora desenvolvida na FAU nessa etapa, a pesquisa ainda guarda, nos seus alicerces, os quase vinte anos de vivência, reflexão e investigação realizada no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP.

### A EXPERIÊNCIA DO LABHAB DA FAU: PESQUISA, EXTENSÃO E FORMAÇÃO

Convidado pelas professoras Ermínia Maricato e Maria Lúcia Refinette, me inseri no Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab), onde passei a desenvolver de vários projetos de pesquisa e trabalhos de extensão, envolvendo docentes, pesquisadores e estudantes vinculados à FAU. Como em outros projetos do LabHab, ao desenvolver esses trabalhos, pude criar um ambiente de debate e reflexão com os estudantes que gerou um processo de formação extracurricular em vários temas de interesse na área de planejamento e habitação.

Minha atuação junto ao LabHab, assim como a atividade didática na FAU, nesse período, relaciona-se com o que denomino um novo ciclo de planejamento urbano gerados pelo Estatuto da Cidade. Assim, os projetos de extensão e consultoria que coordenei eram decorrentes do processo de implementação do Estatuto da Cidade e, ainda, da nova Política Nacional de Habitação. Seja a nível nacional, em trabalhos realizados para o Ministério das Cidades, seja a nível municipal, na formulação de planos diretores e habitacionais para várias prefeituras, como São Paulo, Taboão da Serra, Nova Iguaçu, Salvador e Carapicuíba, vivia-se

o momento de dar concretude aos dispositivos legais que foram instituídos.

Desta forma, pude manter continuamente trabalhos na área de planejamento que envolveram estudantes de graduação e pós-graduação, tendo por base o LabHab. Foi uma experiência riquíssima, pois a elaboração de planos diretores e habitacionais exige longos estudos e leituras técnicas e participativas sobre os processos urbanos, permitindo que os estudantes possam conhecer a fundo cidades e processos urbanos específicos, que geram excelentes materiais didáticos e uma experiência indispensável para a formação de profissionais capacitados para o exercício do urbanismo. Como entendo ser difícil ensinar planejamento urbano sem vivenciar situações concretas e problematizá-las do ponto de vista acadêmico (o que não é feito em empresas e escritórios), esse tipo de experiência é fundamental para formar profissionais nessa área.

Em quase todas as cidades onde atuamos foram produzidas cartilhas para facilitar o processo participativo e o entendimento das propostas, assim como renderam publicações dos seus resultados ao final do trabalho.

A metodologia que foi desenvolvida nesse novo ciclo de planejamento pós Estatuto da Cidade está baseada não apenas nos tradicionais diagnósticos urbanos, leituras técnicas dos diferentes aspectos que interessam aos planos, mas ainda uma leitura participativa, que permite ouvir e conhecer os diferentes olhares e pontos de vista dos atores que atuam na cidade. Parti-

cipar destas experiências, somada à que foi adquirida na elaboração dos substitutivos do Plano Diretor Estratégico, dos planos regionais e lei de uso e ocupação do solo de São Paulo, realizados na Câmara Municipal, foi fundamental para embasar as disciplinas de planejamento urbano que ministro na FAU.

Dos trabalhos de consultoria realizados neste período, o de maior expressão e repercussão foi o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), realizado entre 2007 e 2009, por um consórcio formado pela FUPAM, através do LABHAB, e o Instituto Via Pública, OSIP voltada à formulação de políticas públicas e a empresa Logos Engenharia. Ao mesmo tempo em que estava com os olhos voltados para a construção de uma memória da produção habitacional dos anos 1940 e 1950, na pesquisa Pioneiros da Habitação Social no Brasil, estava coordenando a equipe técnica da consultoria encarregada de pensar como implementar a nova política habitacional brasileira nos próximos quinze anos. De caráter eminentemente interdisciplinar, envolvendo aspectos de diferentes disciplinas (demografia, economia, urbanismo, gestão pública, arquitetura e engenharia, etc.), o trabalho de formular do PlanHab teve tanto uma perspectiva de investigação como de proposição, cujo objetivo foi gerar uma estratégia para equacionar até 2023 as necessidades habitacionais do país.

A estratégia proposta combinava ações simultâneas nos quatro eixos considerados indispensáveis para equacionar a questão: financiamentos e subsídios; arranjos institucionais; cadeia produtiva da construção civil; estratégias urbano-fundiárias. No entanto, o úni-

co eixo que foi efetivamente implementado, através do Programa Minha Casa Minha Vida, que é um desdobramento desse processo, foi o financeiro, ficando os demais em segundo plano.

Frente ao fato de que no Brasil, infelizmente, o planejamento e o interesse público muitas vezes é superado pela emergência, imediatismo, interesses corporativos e loteamento político, teme-se que boa parte das propostas que fariam deste plano um instrumentos para garantir o direito a habitação e à cidade fiquem no papel. O que apenas reforça minha certeza de que a atuação política é indispensável para quem atua em planejamento urbano.

A experiência adquirida com a elaboração do PlanHab abriu as portas para uma nova perspectiva de trabalho: a cooperação internacional, em particular com os países africanos. A partir de 2008, recebi convites para colaboração com as políticas nacionais de habitação de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Estes estudos permitiram conhecer uma nova realidade urbana e habitacional, associando a consultoria técnica com uma investigação urbanística. Em particular, o trabalho em Moçambique gerou um convênio de cooperação internacional que envolve a FAU-USP e os governos brasileiro e moçambicano, que poderá se desdobrar em uma nova frente de pesquisas.



Vista da orla da cidade de São Francisco do Sul, Santa Catarina, em 2006, uma das intervenções urbanas do Programa Monumenta analisadas no livro “Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos”.

## PESQUISANDO PARA ALÉM DA HABITAÇÃO

Além da pesquisa sobre os “Pioneiros da Habitação Social no Brasil”, tratada no próximo item, ampliei minha área de investigação entrando em novas temáticas que ajudaram a superar a excessiva especialização no estudo da habitação social, que marca minha trajetória.

O livro *Intervenções urbanas na recuperação dos centros históricos*, lançado em 2012, é um resultado desse esforço. Trata-se de uma pesquisa sobre as intervenções urbanas realizadas em cidades tombadas pelo IPHAN com financiamento do governo federal, através do Programa Monumenta. Esse trabalho permitiu aprofundar a reflexão sobre as alternativas de gestão capazes de articular a preservação do patrimônio histórico com o desenvolvimento urbano sustentável.

A pesquisa me permitiu estudar em profundidade as 26 cidades históricas incluídas no programa, conhecer seus processos de formação histórica e urbana e avaliar as intervenções realizadas. Foi uma grande oportunidade para retomar a reflexão sobre a história do urbanismo no Brasil, disciplina que ministrei durante mais de vinte anos na Belas Artes e em São Carlos e oferecer uma publicação que pode ser muito útil como material didático para essa disciplina nos cursos de arquitetura e urbanismo.

O trabalho de pesquisa, que realizei a moda antiga, ou seja, sem equipe, implicou na identificação e seleção das intervenções mais significativas a serem observadas e analisadas a partir dos perfis dos projetos

realizados pelos 26 municípios. Com base nestas informações, realizei pesquisa in loco em vinte cidades, situadas em catorze estados da federação, que foram visitadas pessoalmente, entre 2006 e 2009. Esse processo de observação significou uma experiência ímpar de reconhecimento do processo de formação dos núcleos urbanos brasileiros, do conhecimento da situação do seu patrimônio e da apreensão das intervenções realizadas pelo Monumenta.

As visitas permitiram conhecer as propostas, os projetos e o contexto das intervenções, identificando as deficiências e os avanços obtidos pelo programa, face às experiências anteriores de intervenção em núcleos históricos. O livro, que consolidou os resultados da pesquisa, é mais ambicioso, abrangendo, além de análise das intervenções realizadas, um estudo a história das cidades brasileiras, buscando discutir como elas se formaram e quais os desafios para garantir um desenvolvimento sustentável.

O texto apresenta uma síntese da trajetória da política federal de preservação do patrimônio no Brasil e sua vinculação com a concepção do Programa Monumenta, analisando seus objetivos, indicadores de avaliação, modelo institucional e processo de implementação. Busca-se mostrar que o programa guarda relação com intervenções anteriores, mas introduz uma série de inovações relevantes, que são marcadas pela influência da agência de financiamento que apoiou o programa (BID), pela ampliação do escopo dos projetos, que incorporaram os imóveis privados e espaços públicos, que

tradicionalmente nunca foram objeto de intervenção do poder público, pela renovação da visão do papel do Estado na preservação e pela crescente articulação com outras políticas públicas, como a expansão das universidades federais e a política de habitação social, desenvolvida a partir de 2003.

Embora a pesquisa tenha sido organizada por cidades, o livro foi estruturado por uma tipologia de espaços urbanos que sofreram intervenções em praças, em orlas marítimas e fluviais, em mercados, em áreas livres para criar parques urbanos, no casario privado e em edificações arruinadas, transformadas em campi universitários e em habitação social.

Embora esse não fosse o objetivo original do trabalho, a pesquisa e publicação mostram como seria importante as disciplinas de planejamento e história do urbanismo estarem mais articuladas, ao contrário do que ocorre na FAU, onde estão em departamentos diferentes e muito mais distantes do que deveriam.

Outra investigação que desenvolvi no período, em parceria com minha orientanda Paula Santoro, foi realizada no âmbito do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP e implementada em conjunto com algumas prefeituras do interior do Estado de São Paulo e com o Instituto Polis, cujos técnicos assumiram grande parte do levantamento de campo.

Nessa investigação voltamos os olhos para o processo de expansão das cidades nas áreas periurbanas, visando conhecer os mecanismos que geram o preço da terra e encontrar instrumentos capazes de recu-

perar a mais-valia (valorização imobiliária) gerada pela transformação das zonas rurais em urbanas.

O tema da expansão urbana, embora fundamental para o planejamento urbano, tem despertado um interesse muito pequeno de pesquisadores e gestores públicos, embora seja fundamental para o ordenamento do território. A pesquisa buscou suprir essa lacuna, debatendo e oferecendo instrumentos para novas proposições a serem incorporadas nos planos diretores e em uma política, ainda inexistente no país, de controle e planejamento, em novas bases, do processo de expansão urbano.

Trata-se de um tema de grande atualidade, tendo em vista o *boom* imobiliário que tomou conta do país graças aos investimentos e financiamentos públicos destinados ao setor habitacional. Ao analisar as estratégias dos loteadores, a valorização imobiliária gerada pelo processo de expansão urbana e os possíveis instrumentos urbanísticos que poderiam ser utilizados para controlar esse processo e garantir contrapartida ao poder público através da cobrança de outorga pela mudança da zona rural para a zona urbana, a pesquisa, cujos resultados foram publicados em livro, poderá contribuir para jogar mais luz em um tema clássico do urbanismo que não tem valorização no Brasil.



**Bairro de Bosa, área de expansão urbana de Bogotá (2010).** A pesquisa “Urbanização e preço da terra nas áreas de expansão urbana no Estado de São Paulo” envolveu o estudo de experiências internacionais relevantes para aperfeiçoar os instrumentos de controlar e qualificação da expansão urbana no Brasil.



**Conjunto Residencial Aquidabã, na Zona Norte do Rio de Janeiro (2012), um dos 310 empreendimentos habitacionais que integra o inventário do livro “Pioneiros da Habitação Social no Brasil”.**

## PIONEIROS DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Dentre as atividades de pesquisa desenvolvidas nesse período na FAU, a mais importante foi o projeto “Pioneiros de Habitação Social no Brasil”, que deu continuidade a pesquisa iniciada em São Carlos e foi apresentada como Tese de Livre-Docência em 2011. Pela sua importância na trajetória mais recente, esse trabalho será apresentado de forma mais detalhada.

Finalizada na FAU e apresentada nessa instituição como Tese de Livre-Docência, em 2011, essa investigação guarda no seu DNA os quase vinte anos de vivência no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC. É fundamentalmente uma tese de história da arquitetura e urbanismo, herda o debate sobre a arquitetura moderna brasileira que foi o foco das minhas investigações em São Carlos e agregou um grupo de pesquisa que tem com base estudantes de graduação e pós-graduação ali formados, enquanto que os novos bolsistas de iniciação científica que se integraram ao projeto foram todos da FAU. Mas é importante ressaltar que ela também expressa as novas preocupações e enfoque que foram decorrentes dessa nova etapa da minha trajetória.

A tese está inteiramente revisada e pronta para ser publicada em três volumes (Editora UNESP e Editora SESC), cujo lançamento está previsto para o 1º semestre de 2013. O trabalho trata do processo de construção da política pública de habitação no Brasil, com ênfase nos aspectos relacionados com a arquitetura e urbanismo, com foco no período entre 1930 e 1964.

O trabalho, de largo fôlego, é um exemplo de persistência e continuidade temática, ao mesmo tempo em que mostra, ao longo das décadas de estudo, como um pesquisador vai, ao longo de sua trajetória, mudando o enfoque de acordo com o contexto e ambiente intelectual e político no qual está inserido. Conforme já mostramos, a “migração para São Carlos” gerou uma mudança disciplinar na pesquisa de doutorado que vinha sendo desenvolvida até então, que ganhou mais ênfase nos aspectos ligados a arquitetura e urbanismo, sem perder o enfoque anterior, mais relacionado com a história social e sociologia urbana. De certa forma, o mesmo ocorreu após minha transferência para a FAU.

Sem perder o foco histórico que a pesquisa sempre teve, pois a concepção do projeto, no que refere ao levantamento da produção habitacional do período de 1930-1964, já estava pronta em 2005, quando ganhou um novo impulso, a grande novidade que decorreu da minha inserção na FAU foi introduzir uma nova parte, relacionada com a gestão de políticas públicas. Assim foi introduzida uma análise da trajetória da política habitacional no Brasil, das suas origens ao momento atual, com o objetivo de refletir sobre a política habitacional em curso no país, questão que eu estava envolvido em vários trabalhos de extensão e consultoria, que já relatei.

Assim a Tese de Livre-Docência não se limita ao período que foi o foco principal da pesquisa e que dava sequência à investigação do doutorado e à trajetória de pesquisa iniciada em São Carlos. Este período foi si-

tuado em um contexto histórico mais amplo, ou seja, nos últimos cem anos de ação estatal na problemática habitacional, mostrando como se construiu os elementos essenciais de uma política habitacional no país. Desse modo, o trabalho mostrou a contribuição específica desse período, que se destaca pela qualidade de projeto arquitetônico e inserção urbanística.

O trabalho, assim, acabou ganhando uma hipótese mais abrangente, vinculada ao debate atual de política habitacional, e defende a tese de que na segunda década do século XXI, foram alcançadas as condições para que o direito a habitação digna possa ser garantido para todos os cidadãos brasileiros. Ressalta, no entanto, que a questão fundiária, a qualidade do projeto e inserção urbana da grande maioria dos conjuntos habitacionais produzidos recentemente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida estão distantes das preocupações dos atuais governos no enfrentamento do problema.

Na medida em que a tese apresenta e ressalta a qualidade arquitetônica e urbanística dos projetos desenvolvidos entre 1930 e 1964, ao contrário do que ocorre hoje, ela ganha grande atualidade, por reintroduzir a importância desses aspectos em uma consistente política de habitação. Assim, ao resgatar – de uma maneira muito mais completa do que tinha sido apresentado em “Origens” – uma faceta pouco conhecida da história da arquitetura e urbanismo do país, a pesquisa busca contribuir, modestamente, para uma correção de rumos da atual política habitacional brasileira.

Para desenvolver esta hipótese, estabeleceu-se uma periodização da trajetória da ação do Estado na questão da habitação, buscando identificar como ela foi tratada em cada momento e sintetizar os avanços conquistados e as limitações e entraves encontrados, com ênfase nos aspectos arquitetônicos e urbanísticos. A intenção foi traçar um quadro referencial que pudesse mostrar a contribuição que cada um destes períodos trouxe para alcançar a situação promissora e desafiante que se atingiu em 2011 e, em particular, situar num contexto histórico amplo, o que representou o período analisado em profundidade nesta pesquisa para a construção desta política pública.

Em relação ao período que é o foco principal do trabalho, o objetivo foi levantar, sistematizar e analisar a produção realizada pelos órgãos públicos e profissionais que participaram da elaboração do primeiro ciclo de empreendimentos habitacionais produzidos por iniciativa do poder público no Brasil. A hipótese que se desenvolve é que a principal contribuição deste período para a construção de uma política pública de habitação no Brasil foi no campo de arquitetura e urbanismo, envolvendo uma ampla gama de propostas que eram inovadoras naquele momento e continuam atuais para um enfrentamento consistente do problema da moradia econômica e social no país.

O trabalho busca mostrar que questões de grande atualidade como, entre outros, processos de produção industrializada, heterogeneidade de tipologias habitacionais, diversidade arquitetônica, adequada inserção urbana e valorização dos espaços públicos,



No alto, Conjunto do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) em Vitória, Espírito Santo (2007). Acima, Conjunto do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Transportes e Cargas (IAPTC) em Laguna, Santa Catarina (2006).



No alto, Conjunto dos Combatentes, da Fundação da Casa Popular, em Benfica, Rio de Janeiro (2009). Acima, conjunto Residencial Antonio Balduino, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, em Salvador (2008).

foram desenvolvidos nos empreendimentos realizados no período, com melhor ou pior resultado, mas definindo uma agenda que hoje não só não vem sendo implementada, como tem sido negligenciada pelos governos que, em diferentes níveis, tem enfrentado a questão habitacional.

A investigação estava intimamente relacionada com minha tese de doutorado e livro *Origens da Habitação Social no Brasil*, que resgatou a produção habitacional do período de 1930 a 1964, inserida no contexto de modernização, intensificação da acumulação do capital, transformação das condições de reprodução da força de trabalho e intensa urbanização, como já foi comentado.

Como já foi dito, em 1997, para aprofundar o estudo desse objeto foi proposta uma nova investigação, que deu as bases empíricas para a Tese de Livre-Docência. O objetivo principal da pesquisa foi realizar um levantamento completo dos empreendimentos habitacionais realizados por órgãos estatais no período de 1930 e 1964, analisar detalhadamente os mais significativos e enquadrar esse ciclo no âmbito da trajetória mais geral do enfrentamento do problema habitacional no Brasil no século XX.

O trabalho foi realizado em duas etapas: de 1997 a 2001 na EESC e de 2005 a 2012 na FAU. A longa e abrangente pesquisa envolveu, nesses quinze anos, grande número de pesquisadores, principalmente dessas duas instituições, sendo 20 bolsistas de iniciação científica, 7 de mestrado, 4 doutorado e uma de pós-doutorado, além de 35 estudantes que participaram dos

levantamentos de campo em todo o país, sob minha orientação e coordenação. Pode-se dizer que o amplo processo de formação que se iniciou em São Carlos teve continuidade na FAU.

Graças a esse esforço coletivo, conseguimos reunir uma base empírica até então inexistente, sistematizada no Volume 2 do Livro, capaz de dar suporte a uma análise aprofundada sobre uma etapa fundamental da formulação da política habitacional no país.

Na etapa desenvolvida entre 1997 e 2001, na Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP), como já foi dito, iniciou-se o levantamento documental, bibliográfico, arquitetônico e fotográfico da produção realizada, a identificação dos órgãos promotores e dos principais profissionais envolvidos. Constatou-se o desmantelamento e dispersão dos arquivos que poderiam guardar a documentação dos projetos, a descaracterização dos empreendimentos, a ausência de registros, a falta de processos de aprovação nas prefeituras municipais e a dificuldade de acesso aos conjuntos, por estarem em áreas sob domínio do crime organizado, problemas que dificultaram e atrasaram substancialmente o andamento do trabalho.

Tivemos a oportunidade impar de conhecer e entrevistar vários profissionais que atuaram nesses projetos, que foram desaparecendo ao longo da pesquisa. Entre 1994 e 2006, faleceram Carlos Frederico Ferreira (1900-1995), Eduardo Kneese de Melo (1906-1994), Carmen Portinho (1902-2002), Flávio Marinho Rego (1925-2001), Francisco Bolonha (1923-2006), Edmundo Gardolinski (1919-1998), Marcos Kruter (1917-2003)

e White Lírio da Silva (1914-2005), todos profissionais com presença destacada na produção habitacionais do período.

Em 2001, quando a pesquisa foi interrompida tínhamos alcançado um resultado expressivo, embora insuficiente para garantir a publicação, com a organização do acervo físico e digital de um grande número de empreendimentos, ainda restrito aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, identificação da produção de cada órgão promotor, recuperação da trajetória dos principais profissionais e análises específicas realizadas tanto nos relatórios da pesquisa, como em trabalhos de iniciação científica, dissertações de mestrado e artigos acadêmicos.

Na etapa desenvolvida entre 2005 e 2012 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, já com o título definitivo de Pioneiros da Habitação Social no Brasil e com o horizonte de editar um livro, a pesquisa contou com o apoio da FAPESP e de empresas, através da Lei de Incentivo Cultural. O levantamento de campo foi complementado e estendido para todo o país, a análise foi aprofundada e, sobretudo, o material empírico foi sistematizado e preparado tendo em vista sua publicação em um padrão de qualidade compatível com a intenção de garantir um tratamento digno para o tema da habitação social.

Conseguimos, enfim, garantir uma abrangência efetivamente nacional ao inventário dos conjuntos residenciais, apresentado no Volume 2, garantindo-se a investigação em todas as regiões e estados do país onde ocorreu a produção habitacional. No total, fo-

ram documentados 310 empreendimentos em 70 municípios situados em 23 unidades da federação, reunindo 85% das unidades habitacionais identificadas na produção pública. Com esse resultado, pode-se afirmar o inventário, embora não inclua todos os empreendimentos realizados no período, é amplamente representativo do que foi realizado em todo o país.

Esse resultado foi obtido por meio de um amplo levantamento em fontes documentais, dificultado pelo sucateamento dos arquivos dos extintos órgãos promotores. Na falta de documentação de muitos empreendimentos, o levantamento arquitetônico e urbanístico teve que ser feito *in loco*, enfrentando-se então a descaracterização dos projetos originais e as dificuldades de localização e acesso a muitos dos conjuntos residenciais a serem estudados.

Para garantir a melhor legibilidade possível dos projetos, todas as implantações urbanísticas, plantas das unidades e outros elementos projetuais foram redesenhados, buscando-se uniformizar as escalas para permitir análises comparativas entre as soluções e propostas. Quando apresentavam interesse no ponto de vista documental, foram incorporados ainda desenhos e croquis originais dos autores.

O mesmo cuidado foi buscado, ainda, na documentação fotográfica, tendo se pesquisado à exaustão, em publicações antigas, arquivos públicos e privados e álbuns de famílias, fotografias de época capazes de revelar os conjuntos residenciais e sua vida cotidiana. Os onze empreendimentos selecionados para a análise em profundidade, apresenta-



Intervenções do Programa Monumenta analisadas na pesquisa sobre as intervenções urbanas nos centros históricos. No alto, ruínas transformadas em campus da Universidade Federal de Sergipe, na cidade histórica de Laranjeiras (2010). Acima, Largo do Thebergue, no sertão do Ceará (2009).



Na página ao lado, Parque do Horto Botânico, implantado no centro histórico de Ouro Preto (2007) e casarão rehabilitado para habitação social, no centro histórico de Salvador (2010).

da no Volume 3, recebeu tratamento diferenciado, com a criação de modelos eletrônicos dos projetos originais que permitem conhecer as propostas dos autores que nem sempre foram integralmente realizadas ou que não são mais perceptíveis frente à descaracterização dos conjuntos. Ensaio fotográfico especial, realizado pelo fotógrafo Bob Wolferson, foi realizado nesses conjuntos.

O livro está organizado em três volumes. O Volume 1, que não era previsto originalmente, é dedicado à análise sintética do processo de construção da política pública de habitação no Brasil, estabelecendo-se uma periodização e uma reflexão sobre os principais marcos e referências, com os objetivos apresentados no início desta introdução.

O Volume 2 é inteiramente voltado para a apresentação do inventário da produção habitacional do período. Ele está organizado em nove capítulos, cada um destinado a um órgão promotor. O Volume 3 é composto por textos de apresentação e análise de onze conjuntos residenciais que foram selecionados para uma reflexão mais aprofundada, em um esforço coletivo realizado pela equipe de pesquisadores envolvidos com o trabalho, sob minha orientação e coordenação.

Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil representa a finalização de processo de pesquisa que se iniciou no início dos anos 1980 e que agora se fecha.

## MASCATEANDO PELO PAÍS

Diz a lenda familiar, que em 1898, Jubran Banduk, logo com o nome traduzido para Gabriel Bonduki, então com dezesseis anos, pegou o trem em Santos e, chegando a São Paulo, se encontrou com conhecidos de Homs – essa cidade síria agora semidestruída – já estabelecidos no comércio da capital, de quem recebeu uma mala cheia de mercadorias que levava para o interior do Estado. Ia e vinha de trem, vendendo produtos simples para os colonos das fazendas de café. Com isto, foi juntando um dinheirinho, que virou um dinheirão, até se estabelecer no comércio e indústria da 25 de Março e falir na crise de 1929. Assim fez a América.

A mala dele, certamente, não tinha rodinhas e era bem mais pesada que a minha. Mas quando percorro os aeroportos e estradas pelo país, com o notebook, a máquina fotográfica, livros e cadernos, lembro-me da sua estória e como mascateio de forma diferente: na ida preparando palestras e estudos, nos lugares convencendo os ouvintes a “comprar” minhas ideias sobre como intervir nas cidades ou explicando o levantamento que estou fazendo em lugares nunca antes pesquisados e, na volta, copiando fotos e escrevendo relatórios sobre o que observei e visitei.

Mesmo com uma agenda carregada de atividades, somada a uma multiplicação inquantificável de convites para palestras e conferências em cidades de todo o país (nem todas identificadas no anexo que acompanha esse Memorial), nunca abri mão de ir pessoalmente fazer levantamentos de campo e visitas nas áreas de pesquisas em que estava mais envolvido. Pesquisar é

uma paixão que me alimenta.

Entre 2005 e 2010, visitei vinte cidades históricas para conhecer e avaliar as intervenções urbanas do Programa Monumenta e trinta cidades para fazer levantamentos de campo e fotográfico em dezenas de conjuntos residenciais dos anos 1940 e 1950, para incluir nos “Pioneiros”.

Com a experiência que adquiri com o Janjão, há quase quarenta anos, no Sítio Santo Antônio e no mar de morro do Vale do Paraíba, dava um jeitinho com os moradores e entrava nas suas casas para desenhar a planta, usando muitas vezes o passo para medir o espaço. Com a experiência do trabalho parlamentar e da antiga convivência com os movimentos de moradia, pude convencer vários “líderes comunitários” que fotografar conjuntos residenciais “tomados pelo tráfico”, não iria prejudicar seus negócios, mas, ao contrário, engrandecer seus bairros.

Várias fotos e trechos dos livros *Pioneiros da Habitação Social no Brasil* e *Intervenções Urbanas na Recuperação dos Centros Históricos* foram feitas assim, nestas viagens, em aviões e hotéis, de modo a combinar palestras, eventos científicos, consultorias ou políticos com estudos, levantamentos de campo e redação de textos.

Entre as atividades na FAU e na Casa da Cidade, em São Paulo e as várias atividades em todo o país, passaram-se os seis anos que seguiram a acachapante derrota nas eleições para vereador em 2004, quan-

do se viu o que significa “não perder a linha”. Frente à rica experiência que vivi nesse período em todos esses projetos e pesquisas, às vezes, acho que esta derrota inesperada foi providencial para dar continuidade a essa trajetória entrelaçada, entre a academia e a política.



Conjunto Residencial dos Marítimos, no Rio de Janeiro (2007).



No pátio do Conjunto Residencial Paquetá, antigos moradores se reúnem para ler o capítulo sobre esse projeto na Tese de Livre-Docência “Pioneiros da Habitação Social no Brasil” (2011). Poucos momentos, nessa trajetória acadêmica, foram mais prazerosos que este.



## **CONCLUSÃO**

ENTRE A ACADEMIA E A POLÍTICA:  
UMA TRAJETÓRIA ENTRELAÇADA

Abri meu memorial de Livre-Docência, que tinha o mesmo título dessa conclusão, com as questões abaixo levadas, que repito aqui:

*“É possível um professor universitário, pesquisador em tempo integral em arquitetura e urbanismo, compatibilizar a atividade acadêmica de professor, pesquisador e orientador, com um forte envolvimento com a gestão de políticas públicas e, ainda, uma atividade político-partidária, mandato eletivo, representação parlamentar e militância na sociedade civil e movimentos sociais?”*

*É possível fazer que com estas atividades sejam entrelaçadas, de modo a se realimentar mutuamente para o desenvolvimento de um pensamento crítico, teórico e prático, capaz de contribuir para a produção de conhecimento na área específica de urbanismo e, ainda, para um processo social transformador?”*

Ao concluir a redação desse memorial, essas questões me voltaram a cabeça. Como pode ser visto no Volume 2 desse Memorial, que inclui a produção científica realizada, não foi pouco o que pude realizar nesses trinta e três anos de vida acadêmica.

Passaram por disciplinas que ministrei cerca de três mil estudantes de arquitetura (50 na Universidade de Taubaté, cerca de 1080 na Faculdade de Belas Artes, 600 na EESC-USP e cerca de 1350 na FAU-USP).

Orientei 15 mestrados, 7 doutorados com dissertações e teses concluídas e dezenas de bolsistas de ini-

ciação científica. Dos trabalhos orientados, um mestrado (Flavia Brito) recebeu o prêmio da ANPUR de melhor dissertação em 2005 e um doutorado (Nilce Aravecchia) o de melhor tese da FAU-USP, para fins do prêmio CAPES em 2011. Não por acaso, ambas são pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social no Brasil e estão desde a graduação envolvidas com as pesquisas que tenho desenvolvido.

O livro *Origens da Habitação Social no Brasil* (Prêmio da ANPUR de melhor livro em 1999) é adotado em inúmeras escolas de arquitetura em todo o país e alcançou a 4ª edição, com cerca de 12 mil exemplares vendidos.

A participação em bancas de mestrado e doutorado, em congressos científicos e em palestras, assim como a publicação de artigos e livros e outros indicadores de produção são expressivos. Embora sem tanto expressão quantitativo, as publicações e participações em eventos no exterior, mostram uma significativa relação com o ambiente acadêmico internacional.

Se, por um lado, isso poderia ser considerado suficiente para garantir uma razoável inserção acadêmica, entendo que ela ganha muito mais expressão se vista à luz das atividades desenvolvidas na formulação de políticas públicas e outras funções ligadas ao Estado.

Para um professor e pesquisador em planejamento urbano, entendo ser indispensável essa experiência, por mais que as atuais regras da universidade valorizem muito mais uma discutível indexação de periódicos de baixa e restrita veiculação do que a formulação

concreta de política pública ou a elaboração de uma cartilha de alta tiragem destinada a formação de gestores municipais ou lideranças de movimentos sociais ou a elaboração de uma lei que impacta de forma substancial o processo de construir em um cidade.

Por outro lado, como pode um docente formar arquitetos e urbanistas capazes de exercer sua profissão com competência sem ter vivido situações concretas semelhantes àquelas que seus alunos irão enfrentar? Mais do que isso, como um planejador pode se formar sem adquirir ainda na faculdade experiência nessa atividade de modo a estabelecer uma reflexão acadêmica a partir de uma prática concreta.

Essa reflexão de fechamento busca mostrar que órgãos como o Laboratório de Habitação e outros semelhantes, assim como experiências em funções públicas são absolutamente indispensáveis para formar docentes e profissionais em planejadores urbanos e precisam ser mais valorizados no mundo acadêmico.

Essa minha trajetória entrelaçada, entre a academia e a política, ajuda a entender essa argumentação e mostra um caminho árduo, mas enriquecedor tanto os aspectos universitários como de cidadania de um profissional consciente do seu papel na sociedade.

